UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

VICTORIA KETERY COSTA FERREIRA

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE UM AUTO CÍVEL DE CASAMENTO (1899) DO ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA

BELÉM
2024

VICTORIA KETERY COSTA FERREIRA

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE UM AUTO CÍVEL DE CASAMENTO (1899) DO ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, do curso de arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

Orientador(a): Profª. Drª. Iane Maria da Silva Batista

BELÉM
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383a Ferreira, Victoria Ketery Costa.
ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE UM AUTO CÍVEL DE CASAMENTO (1899) DO ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA / Victoria Ketery Costa Ferreira. — 2024.
67 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Iane Maria da Silva Batista
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Arquivologia, Belém, 2024.

1. Paleografia. 2. Amazônia. 3. Imigração. 4. Memória. I. Título.

CDD 025

VICTORIA KETERY COSTA FERREIRA

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE UM AUTO CÍVEL DE CASAMENTO (1899) DO ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, do curso de arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

Data da aprovação: 08/08/2024

Conceito: Excelente

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br IANE MARIA DA SILVA BATISTA
Data: 05/11/2024 11:44:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Iane Maria da Silva Batista
Universidade Federal do Pará - UFPA

Documento assinado digitalmente
gov.br GILBERTO GOMES CANDIDO
Data: 05/11/2024 11:55:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido
Universidade Federal do Pará - UFPA

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONARDO DA SILVA TORII
Data: 05/11/2024 12:23:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Me. Leonardo da Silva Torii
Arquivo Público do Estado do Pará - APEP

Dedico esta pesquisa aos meus pais, que foram essenciais para minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que fez com que meus objetivos pudessem ser alcançados.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram e que me deram todo o suporte para focar nos meus estudos.

À minha orientadora, a Profª Drª Iane Batista, pela orientação e apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu namorado, pelo amor, pela cumplicidade, e por estar sempre ao meu lado me apoiando e incentivando.

Agradeço também aos meus amigos, pelo companheirismo e pelas palavras de incentivo que me ajudaram a sempre seguir em frente, pelos momentos de descontração e lazer que foram indispensáveis em momentos de ansiedade, além das risadas e rodadas de pizza e coca-cola compartilhadas.

Por fim, à Universidade Federal do Pará, essencial no meu processo de formação profissional, por abrir não somente seus portões, mas também horizontes, que me ofereceu conhecimento que vai além da sala de aula. Sou grata pelo ambiente que me proporcionou tudo que pude aprender ao longo dos anos de faculdade, pelas memórias criadas e pelas amizades que fiz. Assim, o meu muito obrigada a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha jornada.

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema a Paleografia e apresenta uma análise paleográfica de um documento manuscrito do acervo permanente do Centro de Memória da Amazônia (CMA). O interesse na escolha dessa temática surgiu a partir do contato com a disciplina de Paleografia e na percepção da importância do campo de estudo da mesma. Realizou-se a leitura e transcrição do manuscrito, seguida da identificação e análise dos aspectos gráficos desse documento. Sob a ótica metodológica, essa pesquisa tem caráter exploratório, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. A metodologia de pesquisa abordada propiciou aprofundamento dos conceitos de Paleografia, escrita, manuscrito e arquivo permanente, visando compreender como a tema da pesquisa e seus alicerces dialogam entre si. Além da compreensão por meio da pesquisa bibliográfica e documental, sobre a relevância histórica do documento para demonstrar as questões sociais, políticas e econômicas envolvidas no contexto de produção do manuscrito. Em suma, se reafirma que a Paleografia contribui com a democratização do acesso, recuperação da informação e salvaguarda da memória.

Palavras-chave: paleografia; Amazônia; imigração; memória.

ABSTRACT

This research focuses on Paleography and presents a paleographic analysis of a manuscript document from the permanent collection of the Amazon Memory Center (CMA). The interest in choosing this theme arose from my contact with the discipline of Paleography and my perception of its importance of its field of study. The manuscript was read and transcribed, followed by the identification and analysis of the graphic aspects of the document. From a methodological perspective, this research is exploratory, based on bibliographical and documentary research. The research methodology used provides a deeper understanding of the concepts of paleography, writing, manuscripts, and permanent archives, to understand how the subjects of the research and its foundations interact with each other. In addition to understanding, through bibliographical and documentary research, the historical relevance of the document is demonstrated to social, political, and economic issues involved in the context of manuscript production. In short, the study reaffirms that Paleography contributes to democratizing access, retrieving information and safeguarding memory.

Keywords: paleography; Amazônia; immigration; memory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Palavras com grafia diferente da atual ……..… 35
Quadro 2 – Palavras com dupla grafia ..…….. 35
Quadro 3 – Letras maiúsculas e minúsculas ……...…… 36
Quadro 4 – União de termos ...…… 37
Quadro 5 – Desmembramento de palavras ...…….. 37
Quadro 6 – Uso de dois pontos…….37
Quadro 7 – Uso de vírgula …….. 38
Quadro 8 – Uso de ponto e vírgula ...…….. 38
Quadro 9 – Uso de ponto final ou seguida ...…….…...….. 38
Quadro 10 – Palavras não acentuadas segundo a grafia atual ..…….…. 39
Quadro 11 – Uso de numeração arábica ..…….…. 40
Quadro 12 – Uso do apóstrofo ..……...……..……..… 40
Quadro 13 – Uso do acento agudo ...…….……..…… 40
Quadro 14 – Uso do acento circunflexo …….……41
Quadro 15 – Uso da cedilha ..…….…… 41
Quadro 16 – Uso do hífen simples ….…….…… 42
Quadro 17 – Uso de duplo hífen ……. 42
Quadro 18 – Abreviaturas por sigla simples ...…… 44
Quadro 19 – Abreviaturas por contração ou síncope ….…….…… 45
Quadro 20 – Letras sobrescritas …….…….…… 45
Quadro 21 – Abreviaturas mistas ..…….…… 46
Quadro 22 – Abreviaturas numéricas ….……...…….…… 46
Quadro 23 – Estampilhas....……...….. 47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Palavra Syma……...43
Figura 2 – Palavra Segundo……..43

LISTA DE SIGLAS

CMA	Centro de Memória da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
TJE-PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ……..……..…..……. 12
2 A PALEOGRAFIA E SEUS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS ...……..……...… 14
3 CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO MANUSCRITO ANALISADO ……..…….…..... 20
3.1 Imigração Portuguesa e Espanhola …..……..……..…… 23
4 TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA ..…….……..…….……....…. 27
4.1 Histórico da Instituição Custodiadora ...……..……..……..……. 27
4.2 Análise Paleográfica …….……...…….……...… 28
4.2.1 Aspectos Gráficos ……..……...…… 34
4.2.2 Abreviaturas …...……..……. 44
4.2.3 Estampilhas ……..……..... 47
4.2.4 Aspectos Materiais ..……..……..……..…. 48
4.2.5 Aspectos Complementares ..…..……..……..…….. 48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ……..…….……..... 49
REFERÊNCIAS ……..……...…….……... 50
ANEXO A – NORMAS TÉCNICAS PARA TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO DOCUMENTOS MANUSCRITOS ……..……...…… 54
ANEXO B – MANUSCRITO ...……..…….……..... 58

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Pará sob o prisma que outrora ficaria conhecido como “belle époque amazônica”, viveu no auge do ciclo da borracha, um período de riqueza e abundância que atraiu visitantes de diversas nacionalidades, principalmente advindos de Portugal e Espanha. A região tem sua rica história contada por meio das documentações históricas de diversos acervos, que abrangem essa passagem de tempo que constitui a memória da Amazônia. Por conseguinte, enfatiza-se o acervo documental composto por manuscritos do fim da segunda metade do século XIX pertencentes ao Centro de Memória da Amazônia no qual esta pesquisa se voltará.

Tendo em vista o valor do patrimônio documental para a memória da sociedade, é de suma importância poder conseguir interpretar o conteúdo desses documentos. Entretanto, em virtude da época que esse material foi produzido, em que, por exemplo, os elementos ortográficos passaram por transformações ao longo do tempo, ocasionou-se em dificuldades no contexto atual de compreensão do teor desses textos. O cenário de produção implica não somente no acesso à fonte de informação, mas também compromete a sua integridade física a longo prazo devido à ação de agentes biológicos, químicos, etc.

Portanto, o papel desempenhado pela Paleografia se mostra eficiente para solucionar a problemática que surgiu com a evolução da escrita, seus instrumentos e dos aspectos gráficos, resultando num contexto com barreiras que complicam a interpretação desses documentos. Segundo Berwanger e Leal (2008, p. 16) "A Paleografia tem por objeto o estudo das características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos, para permitir a sua leitura e transcrição, além da determinação de sua data e origem". Logo, por meio de suas técnicas é possível se decifrar os documentos manuscritos.

Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral, realizar a transcrição e análise paleográfica de um documento manuscrito custodiado pelo Centro de Memória da Amazônia como já supracitado, este relacionado ao pedido de antecipação de casamento de um casal de imigrantes durante o século XIX na capital paraense. Tem como objetivos específicos: identificar os elementos gráficos, materiais e complementares do material e demonstrar a contribuição da Paleografia no auxílio à leitura documental.

O interesse por trabalhar este tema surgiu a partir do contato com a disciplina de Paleografia, o que despertou a percepção da importância desse campo de estudo, sobretudo pela possibilidade de se compreender as informações contidas no interior dos documentos manuscritos.

Considera-se, ainda, a relevância histórica do documento para demonstrar as questões sociais, políticas e econômicas envolvidas no contexto de produção do manuscrito, como exemplo, a vinda de imigrantes para a região. À face do exposto, esta pesquisa visa evidenciar a importância da Paleografia para a sociedade, visto que, ela contribui com a democratização do acesso, recuperação da informação e salvaguarda da memória.

Sob a ótica metodológica, esta pesquisa tem caráter exploratório baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Bem como, para aplicação de métodos paleográficos, se utilizou os seguintes instrumentos de pesquisa: as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de documentos manuscritos (1993), o Guia para Análise Paleográfica de Berwanger e Leal (2015), em anexo, o Dicionário para Abreviaturas de Flexor (2008) e o Artigo "Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita" de Costa (2006).

A seleção do manuscrito ocorreu por meio de pesquisa no site do Centro de Memória da Amazônia, no qual está disponível o documento digitalizado, na caixa 1, referente aos arquivos de casamentos privativos - Volume I - 1891-1912 organizado pelo Projeto Além Mar. Como critério de escolha, se optou por selecionar um documento, que fosse produzido até o final do século XIX.

No que tange a estrutura do trabalho, este se divide em 3 seções. Na primeira seção, trata-se da apresentação do arcabouço teórico dos conceitos de Paleografia, escrita, arquivo permanente e manuscrito, apresentando como essas concepções dialogam entre si, de modo a proporcionar uma melhor compreensão do processo paleográfico.

Já na segunda seção, refere-se a contextualização do cenário político e social da Amazônia na época da produção do documento. Logo, relativo ao período conhecido como "belle époque amazônica", marcado pela forte presença de imigrantes portugueses e espanhóis no século XIX na região. E sobretudo por transformações sociais, culturais e econômicas no decorrer da ascensão e decadência da economia borracheira.

E por fim, na terceira e última seção se apresenta o contexto histórico da instituição custodiadora, o Centro de Memória da Amazônia. Assim como, o manuscrito escolhido e a realização da transcrição do documento, segundo a finalidade proposta desta pesquisa, além da análise paleográfica do material e seu enfoque nos aspectos gráficos, materiais e complementares.

2 A PALEOGRAFIA E SEUS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O referencial teórico é essencial para a construção da base de uma pesquisa científica. Segundo com Marconi e Lakatos (2003, p. 83), o método "é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo". Em vista desse pressuposto, visando exprimir uma ideia clara da temática proposta, é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, abordar os seguintes conceitos: Paleografia, escrita, manuscrito e arquivo permanente.

O surgimento da escrita foi inquestionavelmente um avanço para evolução da humanidade, pois como constata Andrade (2000, p. 4), "O uso da escrita desenvolveu a comunicação entre os homens permitindo-lhes remontar as barreiras do tempo na recepção de mensagens, facilitou o intercâmbio de informação, além de ajudar muito no desenvolvimento intelectual do ser humano". Como cita Olson (1997, p. 13) a escrita também "contribui não só para o nosso entendimento do mundo como de nós mesmos".

Com efeito, pensar num mundo sem a escrita nos remete a refletir sobre uma realidade na qual, a ausência dela culminaria na impossibilidade de se realizar simples ações presentes no nosso cotidiano, como redigir uma mensagem de texto, escrever um livro ou de anotar os itens de uma lista de compras, atividades do cotidiano que em suas próprias banalidades, não seriam concebíveis sem a utilidade da escrita. A razão disso, é assertivamente posta por Lévy (1999), quando ele discorre acerca do impacto da escrita, pois:

> A escrita abriu um espaço de comunicação desconhecido pelas sociedades orais, no qual tornava-se possível tomar conhecimento das mensagens produzidas por pessoas que encontravam-se a milhares de quilômetros, ou mortas há séculos, ou então que se expressavam apesar de grandes diferenças culturais ou sociais. A partir daí, os atores da comunicação não dividiam mais necessariamente a mesma situação, não estavam mais em interação direta (Lévy, 1999, p. 114).

Similarmente, Ariès e Chartier (1991, p. 113), reiteram que "o ingresso das sociedades ocidentais na cultura da escrita é uma das principais evoluções da era moderna". Na medida em que, desde o aparecimento dos primeiros sinais de linguagem escrita, o homem demonstrou a necessidade de alguma forma manter viva a sua memória, registrando seu modo de vida, suas tradições e seus saberes. À vista disso, podemos determinar como intrínsecas, os elos entre a sociedade e a escrita. Na concepção de Gelb (1982, p. 286, tradução própria[1]) "*A escrita existe apenas numa civilização e uma civilização não pode existir sem a escrita*".

Conforme Sampson (1996, p. 98), "a invenção da escrita aparece tardiamente com relação ao aparecimento da linguagem", que surge após a revolução neolítica, referindo-se às

[1]*La escritura existe solamente en una civilización y una civilización no puede existir sin la escritura*.

fases pictórica, ideográfica e alfabética da escrita, que compreendem os períodos de evolução da mesma. Desse modo, anterior a propriamente dita “escrita", o ser humano buscou se utilizar de outras formas para se expressar.

Como se pode constatar, a história da escrita está concomitantemente atrelada ao progresso da própria humanidade. Para Fischer (2009, p. 10), "A escrita muda à medida que a humanidade se transforma. É uma dimensão da condição humana”, isso se percebe desde as descobertas das artes rupestres, com suas representações de figuras humanas ou de animais, encontradas nos interiores de cavernas.

Na visão de Cócco e Hailer (1996, p. 45), "O homem pré-histórico já lia os sinais da natureza e os interpretava, assim como tentava reproduzir mensagens nas pedras e rochas. Isso deu origem aos primeiros pictogramas com intenção expressa de comunicar", se denota que desde o homem primitivo, existe esse desejo de transcender para a posteridade, a história humana vivida num determinado espaço de tempo. Higounet (2003), também acrescenta que:

> A escrita faz de tal modo parte de nossa civilização que poderia servir de definição dela própria. A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e a partir da escrita. Talvez venha o dia de uma terceira era que será: depois da escrita. Vivemos os séculos da civilização escrita. Todas as nossas sociedades baseiam-se sobre o escrito. A lei escrita substituiu a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária. E sobretudo não existe história que não se funde sobre textos (Higounet, 2003, p. 10).

Atentando para a pertinência da escrita, sendo um dos pilares para o desenvolvimento desta pesquisa, se faz necessário apresentar alguns conceitos a respeito do tema. Para os autores, Berwanger e Leal (2008, p. 39), "Em sentido amplo, a escrita compreende qualquer sistema semiótico de caráter visual e espacial. Em sentido restrito, designa a notação de caráter visual e espacial da linguagem verbal".

Enquanto, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 155), definem esse conceito como sendo a "Representação do pensamento por meio de um sistema de signos que podem ser gravados sobre um suporte”, ou seja, refere-se a um conjunto de signos, que sejam carregados de significado para um determinado grupo, que possa ser usado como um meio de comunicação entre esse grupo e que esteja firmado sob alguma superfície como suporte.

Para Cagliari (1997, p. 103), “a escrita seja ela qual for, tem por objetivo primeiro a leitura. A leitura é uma interpretação da escrita que consiste em traduzir os símbolos escritos em fala”. Apoiado no pensamento do autor, podemos julgar a relação entre a leitura com a escrita como sendo indissociável. Algo bem elucidado por Cagliari (1999), que expressa:

> Quem inventou a escrita foi a leitura: um dia numa caverna, o homem começou a desenhar e encheu as paredes com figuras, representando animais, pessoas, objetos e cenas do cotidiano. [...] A humanidade descobria assim que quando uma forma

> gráfica representa o mundo, é apenas um desenho, quando representa uma palavra, passa a ser uma forma de escrita. (Cagliari, 1999, p. 13-14)

No que concerne à leitura paleográfica, Berwanger e Leal (2015, p. 69), advertem que é preciso que o pesquisador se atente para "a base da escrita, a tinta, a grafia das palavras, a caligrafia, a pautação, os parágrafos, a pontuação, a numeração, bem como as eventuais tentativas de adulteração do documento, entre outros aspectos". Visto que essas particularidades, podem trazer dificuldades no momento da leitura e transcrição dos documentos.

Nesse sentido, a escrita dá suporte a Paleografia, auxiliando na sua leitura. Sendo a escrita sob materiais perecíveis (papiro, pergaminho etc), a essência da Paleografia, conhecer os diferentes tipos de escrita e os seus elementos constitutivos (morfologia, ângulo, ductos, módulos, ligaduras e nexus), permite com que se reconheça e assimile o sentido das palavras e assim se consiga compreender mais precisamente, as escritas antigas (Samara, 2010).

Etimologicamente a Paleografia, “compreende-se o estudo da escrita antiga, conforme a etimologia grega da palavra: *palaiós* (antiga) + *graphein* (escrita)". (Berwanger; Leal, 2015, p. 10). Num parâmetro mais conceitual, diversos autores se propuseram ao longo do tempo em tentar defini-la, as suas características e o auxílio que ela proporcionou para outras áreas do conhecimento.

Segundo Berwanger e Leal (2015, p. 10), “Em resumo, a Paleografia abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever. Pode ser considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica". Para Blanco (1987, p. 13), "Paleografia é a ciência que ensina a ler corretamente toda classe de documentos manuscritos ou impressos, abordando também sua origem e evolução da escrita".

Por sua vez, Spina (1977, p. 18) aponta a Paleografia como o “estudo das antigas escritas e evolução dos tipos caligráficos em documentos, isto é, em material perecível (papiro, pergaminho e papel)”. Em concordância com Spina, Cambraia (2005), também se refere a Paleografia como o "estudo das escritas antigas". No entanto, o autor nos direciona o olhar para a finalidade da Paleografia, pensando sob duas perspectivas em que ele considerou, uma teórica e outra pragmática:

> A paleografia pode ser definida, de uma forma bastante básica, como o estudo das escritas antigas. Modernamente, apresenta finalidade tanto teórica quanto pragmática. A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita e de interpretar adequadamente as escritas do passado (Cambraia, 2005, p. 23).

Para tanto, Castillo Gómez e Sáez (2016), corroboram que a Paleografia indo além dos ares de ciência no qual nasceu, que tem como objeto de estudo as escritas antigas, se tornou relevante no tangente à construção da história da cultura escrita, e por consequência, as relações entre sociedade, leitura e o alfabetismo. No pensamento dos autores:

> A Paleografia já não é somente e simplesmente a ciência que estuda as escrituras antigas, mas uma renovada disciplina que se propõe ao estudo global da história dos usos e práticas da escrita. Portanto, é a história dos signos gráficos, mas também da função e extensão social dos mesmos. É, de igual forma, a história do livro e da leitura, assim como das formas de produção e conservação da memória do saber (Castillo Gómez; Sáez, 2016, p. 165).

Não obstante, o uso das potencialidades tecnológicas, impulsionam para que a Paleografia se torne gradativamente mais requisitada. Isso se dá pelas digitalizações de documentos em fac-símile, que são cada vez mais frequentes e facilitaram o acesso aos documentos manuscritos. Fac-símile, de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística é a "Imagem exata de um documento transmitida eletronicamente" (Arquivo Nacional, 2005, p. 87).

Além de tudo, a Paleografia tende a ganhar mais espaço em razão da falsificação, como afirma Blanco (1987), ser tão antiga quanto o próprio documento em si. “Num mundo onde tudo se faz à base de documentos, as falsificações proliferam como fungos em dia de chuva” (Blanco, 1987, p. 14). Para tanto, Blanco (1987) enumera algumas finalidades do campo paleográfico, que justificam a presença dessa ciência se tornar cada vez mais indispensável. Dentre as quais, ressalto acerca da paleografia:

- Ensinar a ler corretamente tanto os documentos antigos, quanto os modernos;
- Proporcionar as normas técnicas e científicas pertinentes para a correta transcrição de quaisquer letras, sinais e abreviaturas, independente da época ou lugar;
- Dar a conhecer a evolução da escrita através dos tempos;
- Determinar o autor, o tempo, e o lugar em que o documento foi produzido;
- Fornecer os conhecimentos necessários para saber distinguir os documentos verdadeiros e autênticos dos falsos, adulterados, etc.

Ademais, corroborando com a temática abordada, pretendendo assegurar o entendimento referente a Paleografia e sua extensão, torna-se essencial discorrer sobre a noção de manuscrito, em virtude da relação direta entre ambos, levando em conta que a

Paleografia se debruça no trabalho minucioso de interpretação do conteúdo desses documentos, como foi dissertado anteriormente.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 237), se designa por manuscrito o “texto escrito à mão, de valor literário", como também sendo, "um conjunto de papéis (ou documentos) pessoais, que apresenta unidade orgânica. Por extensão, textos originais, datilografados, são, às vezes, chamados manuscritos". Além disso, com base em Ferreira e Santana (2009), se atribuem aos manuscritos as características fundamentais:

> o seu carácter único e irrepetível, a sua heterogeneidade formal, concretamente os níveis de apresentação muito variáveis da informação, no que toca a título/autor/data (não explícitos ou inexistentes), o facto de ser habitual não ter sido elaborada uma «folha de rosto», onde se possam detectar inequivocamente os elementos de data e local de redacção. (Ferreira; Santana, 2009, p. 5).

A respeito dos manuscritos brasileiros, Acioli (1994) explica que ambos os aspectos: paleográfico e diplomático, foram imbuídos por uma influência Ibérica. "A escrita latina foi introduzida no Brasil pelos portugueses, numa época em que, com a difusão da imprensa a partir do século XVI, decaía consideravelmente a produção manuscrita do livro. Portanto, a formação caligráfica dos colonos e colonizadores é a mesma"(Acioli, 1994, p. 55).

Na concepção de Berwanger e Leal (2015, p. 10), "O documento paleográfico é manuscrito e pode ter como suporte papel, tecido ou matéria branda, isto é, pergaminho e papiro". Dada a sua natureza de caráter único, mesmo após o manuscrito cumprir os objetivos pelos quais ele foi produzido e assim perder o seu *status* de valor primário, ele passa a possuir valor para fins secundários. Como aponta Schellenberg (2004), que instrui para que o documento deva ser mantido em guarda permanente.

> Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (Schellenberg, 2004, p. 41).

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, os arquivos permanentes dizem respeito ao "conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor” (Arquivo Nacional, 2005, p. 34). Outrossim, o Art. 8° da Lei n° 8.159 de 9 de janeiro de 1991, em seu terceiro inciso, apresenta o conceito como: “os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados".

É imprescindível salientar a magnitude dos arquivos permanentes. Andrade (2019), explanando com relação a eles, destaca que no condizente momento em que se despontaram as primeiras "formas de arquivo", significou que eles sempre fizeram parte da história da humanidade, tanto quanto a escrita. Dessa maneira, aludindo como as ações do homem ao

longo da história humana, em uma tentativa de não cair no limbo do esquecimento, ecoaram para além das paredes das cavernas.

> Podemos começar a entender que já através das pinturas na pré-história, onde os homens registravam seu cotidiano no interior das cavernas, disso podemos inferir que daí nasceram as primeiras formas de arquivos, então podemos afirmar que os arquivos constituem desde sempre a memória das instituições, das pessoas, de um povo e deu uma nação. (Andrade, 2019, p. 18).

Relativo à função que um arquivo permanente tem, Paes (2004), atribui como destino natural, os arquivos gradualmente irem se afastando da finalidade relativa a sua criação. Desse modo, perdendo seu valor como documento administrativo e ganhando mais caráter histórico, servindo primeiro a administração e depois a história. Não obstante, os arquivos com sua natureza mutável, que vivem num processo constante de transformação, promovem um ciclo em que os documentos históricos no presente, voltem a ser os administrativos do futuro.

> A função de um arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não corrente, ou seja, concentrar sob sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não-correntes, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins. (Paes, 2004, p. 121).

De modo semelhante, Bellotto (2006), visualiza no cenário dos arquivos essa mesma curta distância, que separa os documentos do desígnio administrativo para o do histórico, que ficará a cargo da passagem do tempo, definir aquele que será o documento da administração e outrora será uma documentação histórica. Dessa maneira, em harmonia com o ciclo vital dos documentos que representam esse caminho que o documento de arquivo percorre.

> Sendo a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de "arsenal da administração" para a de "celeiro da história", na conhecida acepção do consagrado arquivista francês Charles Braibant. E a chamada teoria das três idades nada mais é que a sistematização dessa passagem. (Bellotto, 2006, p. 16).

Em síntese, a partir dos fundamentos apresentados, podemos compreender as facetas da Paleografia, e do seus alicerces e como conseguem se interligar entre si. No qual temos na Paleografia a ciência que estuda os textos antigos e tem por objeto de estudo os manuscritos, que sendo produtos da época em que foram produzidos, possuem aspectos distintos como diferentes escritas.

Além de estes documentos, dado os seus valores histórico, probatório e informativo constituem os acervos de arquivos permanentes, os quais se foram salientados, tem suma importância para a preservação da memória. Logo, se espera que no entendimento dessas temáticas, sirvam de auxílio no que se refere à leitura e transcrição do manuscrito que será foco de análise.

3 CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO MANUSCRITO ANALISADO

Ao contextualizar o cenário de produção do documento a ser analisado, em atenção a ele se tratar de um pedido de antecipação de casamento de um casal de imigrantes em 1899. É importante compreender as nuances presentes nas informações que compõem o manuscrito, as motivações que conduziram seus protagonistas à Amazônia naquela determinada época. Esses aspectos podem ser vislumbrados a partir das noções históricas desse período.

A cidade de Belém viveu seu apogeu de riquezas durante o ciclo da borracha na Amazônia, o látex produzido a partir do leite extraído da seringueira *Hevea brasiliensis*, rendeu o produto mais importante do extrativismo. "O processo de ocupação da Amazônia, desencadeado pelo estímulo da borracha, foi, sem dúvida, mais profundo em comparação com o provocado pela coleta de "drogas do sertão" (Antônio Filho, 2010, p. 189).

Ante o pico da explosão da economia gomífera, quando o tópico que se dirigia a falar era acerca da economia regional, "limitava-se ao cacau, ao açúcar, ao algodão, ao tabaco, ao arroz e ao café, com uma pequena exportação para países da Europa" (Smith Júnior, 2012, p. 51). Nesse panorama, Chambouleyron (2010, p. 101), também enfatiza que não foi somente o extrativismo pautado na "plantação de açúcar e tabaco, mas também o cultivo dos "frutos da terra", como o cacau, o anil e o cravo de casca", somada a produção de gado.

Em virtude da prosperidade correlata ao período que abrangeu os anos entre 1880 e 1910, se convencionou referir-se de "belle époque amazônica". Período no qual, a capital paraense viveu profundas mudanças, envolvendo a sua estrutura urbana (construções) e em seu comportamento social (conduta cidadã). Transformações que Daou (2004), conferiu ao estopim do progresso que a sociedade vivia na época:

> Em diferentes pontos do globo, a crença na prosperidade, no progresso material e na possibilidade de que os "males sociais" pudessem ser equacionados tecnicamente coroou os ideais de liberalismo que marcaram todo o século XIX. A "bela época" é expressão da euforia e do triunfo da sociedade burguesa no momento em que se notabilizavam as conquistas materiais e tecnológicas, se ampliaram as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas (Daou, 2004, p. 5).

Dessa maneira, concebe-se como esse recurso natural transformou a região, em proporções mais que econômicas. Segundo Daou (2004, p. 13), a *Hevea brasiliensis*[2], foi um produto que "singularizou-se pela qualidade de impermeabilização e pela inestimável elasticidade". Fazendo progressivamente os usos do látex se expandirem, com diversos fins como: confecção de sapatos, revestimento de tecidos etc. Mas sobretudo, envolto na "crescente aplicação da borracha na indústria automobilística" (Daou, 2004, p. 5).

[2] Nome científico da borracha

O impacto decorrente das riquezas da borracha, sucedeu que a vida na Amazônia seguisse o ritmo de exportação da borracha, que foi se expandindo gradativamente. Com a abertura dos portos em 1867, para livre circulação pelos rios: Amazonas, Tocantins, Tapajós e Madeira, à navegação comercial internacional e a introdução da interiorização da navegação a vapor, "facilitaram a chegada de gêneros e bens de consumo aos portos amazônicos, promovendo a multiplicação de pequenos núcleos de povoação ao longo dos trajetos dos navios, especialmente no Pará" (Daou, 2004, p. 10). Algo ressaltado por Santos (2010):

> A navegação pelos rios da Amazônia proporcionou o desenvolvimento do comércio de bens e serviços, permitindo o aparelhamento significativo dos principais centros urbanos da região: as cidades de Belém e Manaus. O transporte de passageiros e de cargas foi intenso durante o período áureo da borracha (Santos, 2010, p. 77).

Além disso, com o advento dos navios a vapor, eram numerosos os visitantes estrangeiros que aportavam em solo brasileiro. A modernização dessa via de transporte, também favoreceu aos filhos das elites paraense e amazonense, para que pudessem ser mandados com mais segurança e comodidade para estudarem no exterior. E as próprias famílias burguesas em si, de viajarem para a Europa em períodos mais curtos e confortáveis.

Para Daou (2004), os navios a vapor não somente viabilizaram a locomoção entre pessoas e mercadorias de um lado para o outro, mas também aproximaram o mercado nacional dos mercados estrangeiros. Tendo assim, importância para o escoamento da produção gomífera. "Belém, como principal centro das atividades capitalistas da economia da borracha, tornou-se a principal via de escoamento da produção da borracha. Tornou-se também a vanguarda cultural da região. (Carvalho, 2011, p. 59).

Dessa forma, com o progresso das cidades como produto da economia borracheira, houve a demanda por mão de obra, para preencher as lacunas que resultaram desse crescimento expressivo. Com o fim da escravidão no século XIX e o pensamento eugenista da época, as iniciativas de propaganda para atrair imigrantes à região, eram voltadas aos europeus que correspondiam a uma "solicitação de mão-de-obra assalariada para substituição da escrava" (Emmi, 2010, p. 3). Acerca desse processo de embranquecimento da população brasileira, Coelho (2011), explica que:

> Desde os anos finais do Império que a europeização e o branqueamento do Brasil, pensados como imagens e decorrências do Progresso e da Civilização, assumiram, por força de uma identidade discursiva, a face visível e relevada da nação brasileira. Compreensível, portanto, que para as mentalidades das elites urbanas do Brasil, a *belle époque* coroasse o empenho histórico para a construção do país real, cujas estruturas fundadoras encontravam-se no país imaginário (Coelho, 2011, p. 143).

Nesse contexto, visando atrair mão de obra para a Amazônia, o governo paraense passa a investir em políticas de propaganda do Estado do Pará. Que podem ser constatadas,

por exemplo, com a publicação da brochura “O Pará em 1900", organizada pelo Dr. Paes de Carvalho, governador da época, para comemorar os 400 anos do “descobrimento” do Brasil. Segundo Fontes (2016, p. 21), “A publicação foi organizada com o objetivo de divulgar o Estado, tentando acabar com a imagem de que no Pará era impossível prosperar uma sociedade “civilizada”.

O auge da economia gomífera na Amazônia, desencadeou um acelerado progresso no desenvolvimento social, cultural e econômico da região. Em virtude do impacto causado, em diversos setores do sistema econômico amazônico. No panorama social, houve avanço na ampliação do setor mercantilista, com a construção de casas comerciais como a Paris N’América, que foi um estabelecimento comercial que se instituiu como um dos símbolos mais emblemáticos da belle époque na capital paraense. De acordo com Ferreira (2013), o termo “Paris N’América”, também era como Belém ficou conhecida.

> A Belle Époque foi uma era de luxo e sofisticação para os brasileiros. Foi uma época em que ocorreram várias mudanças no país e pode-se perceber a presença do modernismo. Essas mudanças se refletiram no cotidiano, na cultura e na política, bem como se presenciou a conexão Brasil-Europa. Muitas vezes essa conexão via Amazônia, principalmente com os barcos a vapor da era industrial, passava a impressão de que Belém era Paris, ou como passou a ser conhecida a Paris N’América. (Ferreira, 2013, p. 11).

As intervenções urbanas, estando convergentes à expansão dos espaços sociais, induziu a se intensificarem ou se incorporarem, novos dinamismos da esfera social. “As novas formas de sociabilidade ligam-se a uma notável ampliação das esferas de contato social, de exibição pública, e aos novos modos de interação que marcaram a vida “mundana” de cidades como Manaus e Belém no final do século XIX e início do XX” (Daou, 2004, p. 30).

Assim sendo, no cenário cultural da Amazônia passou-se a irromper novos costumes, assim como, por exemplo, um certo constrangimento em relação aos banhos de rio, algo que tempos antes, eram comuns. Outrossim, pontua-se que no decorrer de novos segmentos urbanos, pode se perceber que: “Depreende-se da programação uma sociedade pautada numa rigorosa ordem, na qual, no espaço urbano, tudo parecia funcionar como previsto” (Daou, 2004, p. 35).

Tais programações, segundo Daou (2004), abrangiam: manhã, tarde e noite. Desde missas às 7 horas, até atividades mais culturais, como ir visitar o Teatro da Paz ou ir a cafés-restaurantes, touradas, concertos etc. “Todas as opções eram facilitadas pela nova urbanização, pela iluminação elétrica e também pela implementada rede de transportes cujos horários cadenciavam o dia-a-dia da cidade, fazendo emergir uma temporalidade particular” (Daou, 2004, p. 36). Costa (2019), define esse período dizendo que:

> Em Belém do Pará no período da Belle Époque foi um momento de cultura cosmo. A expressão também designa o clima intelectual e artístico da época em questão, a capital ganhou o apelido de “Paris Tropical”. Foi uma época marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modelos de pensar e viver o quotidiano (Costa, 2019, p. 68).

Conclui-se, que a riqueza alcançada por causa da produção gomífera transformou o curso da sociedade amazônica, propiciou um crescimento frenético em diversas áreas que “podem ser percebidas nas transformações culturais, arquitetônicas e urbanísticas impressas no cotidiano e no cenário das principais capitais amazônicas, entre elas, a cidade de Belém, por cujos portos grande parte do produto era exportada” (Cancela, 2009, p. 150).

De forma que, nem mesmo a concorrência que se estabeleceu com a entrada da borracha asiática no mercado internacional, que posteriormente provocou seu declínio, conseguiu apagar. Esse cenário vai atrair imigrantes de diversas nacionalidades que aqui irão se estabelecer, fazer negócios, se casar, entre outras coisas, ou seja, com o passar do tempo, mais que fixar moradia, eles irão criar raízes nessa terra.

3.1 Imigração Portuguesa e Espanhola

O povo brasileiro tem como característica de sua formação étnica, o resultado de uma grande mistura de vários povos de diversas partes do mundo. O princípio dessa miscigenação pode ser traçado a partir da chegada dos portugueses e da mistura de raças com os povos indígenas que aqui viviam, com o início dessas imigrações e os frutos dessas relações que se estabeleceram, nasce o povo brasileiro. "A imigração no Brasil começou com os próprios descobridores, os portugueses, no processo de colonização" (Barreto, 2001, p. 64).

Consequentemente, pelo contexto histórico de formação da população brasileira, sabe-se que os processos migratórios ocorrem no Brasil, a partir do momento de seu "descobrimento[3]". Todavia, houve uma intensa onda de imigração para o país nos fins do século XIX. Segundo Bueno (2006, p. 8), "os séculos XIX e XX caracterizaram-se por um grande afluxo de imigrantes, particularmente europeus que migram para a América". Giron (1999), afirma que a “imigração” é tão antiga quanto nova, pois:

> A palavra imigração é nova em seu uso e antiga em sua origem. Foi no final do século XIX que seu uso se vulgarizou. Migrar deriva do latim e significa sair, mudar, ir embora. Mas o uso do termo imigração no sentido de entrar em outro território, e emigração no sentido de sair de determinado lugar, está ligado aos movimentos populacionais que se aceleraram no século XIX (Giron, 1999, p. 116).

[3] Apesar das narrativas de condicionar a ideia de que o Brasil foi descoberto pelos portugueses, na realidade o país foi invadido, visto que, ele já era ocupado pelas diversas nações indígenas. Logo, não se trata de uma descoberta, mas sim de uma invasão.

Um dos episódios que transcorreram em função do ciclo da borracha, foram os grandes fluxos migratórios de estrangeiros para as cidades que estavam se favorecendo com a economia gomífera, se sobressaindo aqueles imigrantes que advinham de Portugal e Espanha, que compunham os grupos de imigrantes mais numerosos. “O período de 1870 a 1920 é considerado pela historiografia regional como a fase áurea da exploração do látex. Neste período, a imigração, não só de portugueses, mas, de espanhóis, italianos e árabes, foi muito intensa, principalmente para as capitais do Pará e Amazonas” (Fontes, 2016, p. 39).

A priori, vieram os portugueses, cuja presença em terras brasileiras remonta a época da colonização que aconteceu aqui, como destaca Emmi (2010, p. 4), “A forte presença portuguesa na Amazônia vem desde os tempos coloniais quando a província do Grão-Pará era diretamente ligada à coroa portuguesa, situação que só vai mudar em 1823, com a adesão do Pará à independência”. A autora também pontua que as marcas deixadas pelos portugueses na Amazônia, estão presentes no comércio, nas associações esportivas e recreativas, também na arquitetura e na denominação com origem portuguesa de várias cidades da região amazônica

Desse modo, mais que qualquer outro grupo que se estabeleceu nessas terras, o caso dos portugueses, modelou a nação brasileira no curso de seu desenvolvimento. Para Nunes (2003, p. 195), "Portugal forneceu ao Brasil mais imigrantes livres que qualquer outra nação. Estes imigrantes criaram uma força de trabalho para o Brasil e contribuíram para o desenvolvimento do mercado local e internacional".

No que se refere a imigração portuguesa no século XIX e o mosaico das possíveis motivações, que levaram um volume exacerbado de portugueses a adentrarem o território amazônico nessa época, Cancela e Guimarães (2018, p. 28), atribuem que "a economia da borracha, no Pará, somada à crise na lavoura, na pesca e no artesanato, em Portugal, são os grandes propulsores desse movimento populacional na segunda metade do século XIX".

Além do mais, outros geradores desses deslocamentos estão relacionados à modernização dos transportes e aos investimentos de empresas estrangeiras em navios a vapor, pois viabilizaram que as viagens fossem mais rápidas, embora mais custosas. Como justifica Leite (1991, p. 751), “era preciso dinheiro ou crédito para pagar uma passagem que, sendo mais rápida, mais confortável e segura, era também significativamente mais cara”.

Entre essas empresas, evidencia-se a Agência Abreu que de acordo com Sousa e Ferraria (2009), teria sido fundada por volta de 1840 no Porto por "um *brasileiro*, isto é, um português de torna-viagem", ela foi a mais antiga agência de viagens portuguesa e uma das mais antigas do mundo. Por consequência, pela sua principal atividade, as migrações transoceânicas, favoreceu emissões consideráveis de passaportes rumos ao Brasil.

> A Agência Abreu encontra-se indissoluvelmente ligada à emigração portuguesa para o Brasil. Sabemos já, ainda que de modo superficial, a importância que o brasileiro, ou seja, o português regressado do Brasil, teve na economia do Norte de Portugal na segunda metade do século XIX"(Souza; Ferraria, 2009, p. 32).

Para além das razões mencionadas, Cancela (2019), enumera mais um fator para o crescimento da migração, que seriam as influências das epidemias que abalaram o povo português ao longo do século XIX. Primeiro, a epidemia de cólera que se alastrou em 1855 e depois a da peste bubônica em 1899, "evidenciando que, para além das causas estruturais relacionadas aos limites econômico-sociais portugueses e paraenses, fatores conjunturais foram fundamentais para entender o fluxo e suas variações" (Cancela, 2019, p. 18).

Todavia, outro ponto a ser considerado referente aos aspectos das motivações das migrações para a região amazônica, são as iniciativas dos governos paraenses, alinhadas aos dos Governos Federais, de embranquecer a população, baseado numa ideologia eugenista presente na época. Segundo Fontes (2009), via-se nas imigrações europeias, não apenas mão de obra, mas também uma forma de branquear a população por meio do povoamento.

> Os projetos imigrantistas dos governos paraenses do fim do século XIX e início do século XX foram imbuídos da ideologia eugenista da época que considerava a raça branca superior para colonizar e povoar o mundo; daí a necessidade da imigração europeia para "embranquizar" a sociedade brasileira e com isso alcançar a civilização. Nesses projetos, a figura da mulher passa a ser fundamental. A mulher portuguesa é pensada como portadora de uma postura de mulher civilizada, que tinha possibilidade de "purificar a raça" e como trabalhadora, a mulher em geral, ajudava a baixar os salários. Após a abolição, por exemplo, tentou-se excluir as libertas de um mercado de trabalho dominado por elas (Fontes, 2009, p. 307).

Outro povo imerso no fenômeno da Grande Imigração, período caracterizado pelos grandes fluxos migratórios no século XIX, foram os espanhóis. A presença deles nesse espaço de tempo, pode ser entendida a partir do que atraia esses imigrantes e o contexto da Espanha na época. Segundo Emmi (2010, p. 3), "A imigração espanhola direcionada à Amazônia está relacionada com o projeto de colonização agrícola implantado no Pará no início do período Republicano, de modo particular ao longo da estrada de ferro Belém - Bragança".

Nessa conjuntura, no caso dos espanhóis a imigração foi mais rural, se distinguindo, por exemplo, das imigrações mais urbanas dos portugueses, cujas solicitações de passaporte registravam profissões mais ligadas ao comércio. "A entrada de imigrantes espanhóis na Amazônia se fortalece a partir de 1896, por meio de imigração subsidiada de famílias de agricultores destinadas às colônias agrícolas do estado do Pará" (Emmi, 2013, p. 112).

A respeito dos deslocamentos de imigrantes espanhóis à Amazônia, no final do século XIX. Dentre as motivações que serviram de molas propulsoras para a imigração em direção ao Norte do Brasil, se sobressai o fator econômico decorrente da miséria que recaiu sobre a Espanha, "gerada pelo aumento da população, baixa dos salários, queda nas taxas de

mortalidade e aumento das taxas de natalidade, gerando grande excedente de mão-de-obra trabalhadora" (Smith Júnior, 2012, p. 23). Souza (2006), contextualiza que:

> Para o governo espanhol a emigração era vista como uma das soluções possíveis para amenizar a densidade populacional e o desemprego. A saída de um contingente significativo de pessoas do território espanhol entre o final do século 19 e o início de século 20 permitiu melhor adequação entre os recursos financeiros e a população. Os desempregados geravam insegurança para as elites e para o governo, uma vez que a situação de miséria levava a um desespero desencadeador de revoltas populares que deveriam ser evitadas a qualquer custo. Além disso, o estado considerava positivo o fato de os espanhóis radicados na América enviarem recursos para os familiares que haviam permanecido da Espanha (Souza, 2006, p. 5).

Para Cánovas (2005, p. 7), outras razões que podem ser atribuídas para a inclinação dos espanhóis em relação às correntes migratórias, "pode ser identificada no medo de que seus filhos fossem convocados para as guerras, recurso utilizado pelo governo espanhol na tentativa de salvar suas últimas colônias ultramarinas - Porto Rico, Filipinas, e sobretudo Cuba, de maior interesse econômico".

Discorrendo sobre essa questão, Smith Júnior (2012), salienta que a Espanha sendo um país agrícola e com a modernização da Europa no aprimoramento e criação de novas técnicas de trabalho no campo, culminou para a dispensa de um grande número de trabalhadores. Desse modo, os camponeses não tinham condições de garantir sua subsistência frente a miséria e falta de perspectivas de melhora. Nesse sentido, Smith Júnior e Garvão (2015), refletindo sobre os imigrantes espanhóis, constatam que:

> Gerou-se na Espanha uma população de mão-de-obra ociosa, principalmente de galegos, uma população reconhecida pela habilidade com a agricultura e os trabalhos manuais. Essa população com hábitos agrícolas acabou representando muitos dos imigrantes espanhóis que estiveram no Pará final do século XIX e início do século XX. (Smith Júnior; Garvão, 2015, p. 20.)

Assim a Espanha no âmbito das grandes migrações internacionais tem sua importância pautada então como, "fornecedora de mão-de-obra para atuar em colônias agrícolas de várias regiões do Brasil, muitos atraídos pela economia do café no Sul e no Sudeste e pela economia da borracha na Amazônia (Smith Júnior, 2012, p. 28). Contudo, em menor escala também houveram espanhóis ligados aos ramos comerciais.

Diante do exposto, a partir do olhar sob os contextos e aspectos dos processos migratórios no âmbito das migrações portuguesas e espanholas, que durante esse espaço no tempo se estabeleceram como alguns dos grupos que mais se tiveram registro de entrada nos portos da Amazônia. Se constata que a presença e integração social desses povos no cotidiano das cidades de Belém e Manaus, alteraram a história, a população e a cultura desses lugares.

4 TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA

Neste item, serão apresentados os resultados da pesquisa em conformidade com os objetivos explicitados. A transcrição realizada possibilitou a análise e identificação dos aspectos gráficos, materiais e complementares identificados no manuscrito.

4.1 Histórico da Instituição Custodiadora

O Centro de Memória da Amazônia (CMA) é um órgão subordinado à reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), que nasceu por meio de um convênio entre a UFPA e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA), para criação de uma infraestrutura, com o objetivo de melhor salvaguardar e ao mesmo tempo, tornar acessível a rica documentação "inativa" pertencente ao acervo histórico do TJE. Que de acordo com Martins e Martins (2013), é constituído da seguinte forma:

> Os projetos do CMA estão divididos por assuntos, as fontes são de natureza cível, de fins do século XVIII até 1970, processos como, testamentos, inventários, ações de liberdades de escravos e divórcio. Na área criminal, documentos como, defloramento, bigamia, sedução, lesão corporal, homicídio, aborto, roubo, estelionato, vadiagem, capoeiragem, curandeirismo, entre outros, disponíveis para consultas e pesquisas dentro do CMA. (Martins; Martins, 2013, p. 4).

De modo a, poder contribuir com a construção da história das relações sociais e culturais da Amazônia. Segundo as autoras, Martins e Martins (2013), a iniciativa do CMA foi de suma importância para a preservação da memória social do Estado do Pará, em que parte de sua história, que estava sob o risco de deterioração pela ação do tempo e esquecida pela comunidade paraense, foi salva. Assim, a função social do Centro de Memória da Amazônia é a de preservar, organizar e divulgar os documentos, em particular aqueles que são de origem judiciária. Que possibilitem a compreensão da história da região Amazônica, especialmente a história do Estado do Pará.

Esse acervo custodiado pelo CMA, tem parte já digitalizada e disponível na *homepage* do CMA-UFPA. Dentre esses documentos que foram mencionados, se encontram os processos relacionados aos imigrantes que vieram principalmente de países como: Marrocos, Portugal, Espanha e Itália. E que viveram na capital paraense "e criaram vínculos com a cidade, surgindo então registros de casamento civil e processos criminais entre os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX, e todos estes documentos estão organizados em inventários" (Martins; Martins, 2013 p. 4), organizados pelo Projeto Memórias Além Mar do CMA-UFPA.

4.2 – Análise Paleográfica

A análise paleográfica, em concordância com Berwanger e Leal (2015, p. 84), "tem por objetivo informar as características dos documentos paleográficos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhes são marcantes". Dessa forma, isso suscita que o pesquisador se dedique a estudar no que tange aos aspectos gráficos, materiais e complementares dos manuscritos, como objetos de investigação.

Ademais, os autores também afirmam que a figura do paleógrafo "deve ter conhecimento do vocabulário, grafia, abreviaturas e terminologia da época do documento" (Berwanger; Leal, 2015, p. 69). Nessa direção que Andrade (2019, p. 23), reitera sobre o pesquisador "seguir regras de transcrição sistematizadas pela academia por meio das normatizações atualizadas, assim como, o guia para análise e o dicionário de abreviaturas que dão suporte para a realização do estudo paleográfico de forma racional e uniforme".

À vista disso, para transcrever da melhor forma possível como proposto pelos objetivos desta pesquisa, a transcrição se desenvolveu fundamentada nos seguintes instrumentos de pesquisa: as Normas Técnicas Para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos[4] (1993), o Guia para Análise Paleográfica (Berwanger; Leal, 2008), juntamente com o Dicionário para Abreviaturas (Flexor, 2008) e o Artigo "Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita" (Costa, 2006).

MANUSCRITO[5]

Assunto: Pedido de Antecipação de Casamento
Local: Cidade de Belém do Pará
Data: 5 de Abril de 1899
Arquivo: CMA.

TRANSCRIÇÃO

[Fl. 1]

1 Pará, 1899. Juizo do 3.° districto.
2 escrivão,
3 Oliveira Mello
4 Autos Civeis de casamento

[4]As Normas Técnicas Para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993), estão em anexo.
[5]O manuscrito por ser longo, se encontra em anexo.

5 Com Justificaçâo de idades e mo-
6 lestia para despensa de proclamas.
7 Nubentes
8 Fortunato Bensaquen[6]
9 e
10 D**ona** Saturnina Braça
11 Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo
12 de mil oitocentos noventa e nove aos Cinco dias
13 do mez de Abril nesta cidade de Belem do Pará
14 em meu Cartorio autoei á petição e [um ?] attestado
15 que ao diante se seguem, do que faço esta autoação e dou fé.
16 Eu Antonio de Deos d'Oliveira Mello
17 Excriváo que subscrevi.

[Fl. 2]

18 [ilegível] Ao [ilegível] [ilegível] Mello
19 em 5 Abril 1899
20 [ilegível]
21 Ex**celentíssi**mo Se**nhor** D**outo**r juis substituto do
22 3° Districto
23 De [A. ?] Justifique-se em [N**os** A**utos** ?]
24 e para que o escriváo designe
25 Belem, 5 de Abril de 1899.
26 Freire Barata
27 Fortunato Benzaquen e Saturmi
28 na Braça tendo justo contrahi
29 matrimónio, vem respeitosamen
30 te requerel-o á Vo**ssa Excelênci**a, pedindo
31 que se digne ademettil-os jus-
32 tificar os seguintes ittens:
33 Primeiro. Que o Nubente é solteiro
34 de 37 annos de edade, filho legi-
35 timo de josé Benzaquen e Syma
36 Benzaquem, natural de Marocos,
37 commerciante e residente nes-
38 ta cidade.
39 Segundo. Que a Nubente é solteira,
40 de 24 annos de edade, filha legi-
41 tima de Francisco Braça e Mar-
42 garita Alvares, natural do Reino
43 de Hespanha e residente nesta
44 cidade.

[6]Conforme as normas para transcrição, os fonemas "s" e "n" serão transcritos por "z" e "m, igual o original.

45 Terceiro Que que [sic] a Nubente esta
46 doente e tem por conselho medi-
47 co de retirar-se para deste
48 Estado, com a maxima urgen-
49 cia.
50 Pedem que [D. A. ?] procedida a jus-
51 tificaçáo seja por Vo**ssa** Ex**celênci**a feito o

[Fl. 2v]

52 casamento requerido em casa do
53 Nubente, visto o motivo allega
54 do.
55 E**spera** Deferimento
56 Belem 5 de Abril de 1899
57 Fortunato Benzaquen
58 A rogo da Nubente [ilegível] da Fonseca [Gonzaga ?]
59 [THESOURO DO ESTADO, estampilha, 200 reis] [THESOURO DO ESTADO DO PARÁ, estampilha, 100 reis]

[Fl. 3]

60 Attestamos nos abaixo as-
61 signados que conhece-
62 mos o S**enho**r. Fortunato Bem-
63 Za-Quem e D**ona** Saturmina
64 Braça, que sáo solteiros
65 e que entre elles náo exis-
66 ttem impedimento de expe-
67 cie alguma que as limita
68 de se receberem em matri-
69 monio.
70 O referido é verdade e
71 juramos se preciso for.
72 Belem 4 de Abril de 1899
73 Luiz Fern**and**o de [ilegível]
74 Joao Fonseca Freitas Junior
75 [THESOURO DO ESTADO DO PARÁ, estampilha, 300 reis]
76 Reconheço as assignatu
77 ras supras Belém, 5 de
78 Abril de 1899.
79 [rubrica]
80 [rubrica]

[Fl. 4]

81 Termo de assentada.=
82 Aos seis dias do mes de
83 Abril de mil oitocentos noventa
84 e nove nesta cidade de Belem do
85 Pará no palacete do Estado onde se
86 achara o Juis Substituto do tercei
87 ro districto Doutor Joaquim Au-
88 gusto da Rocha Freire Barata co
89 migo Excriváo de seu Cargo, pre-
90 sente o Justificante Fortunato
91 Benzaquen, passou-se a in-
92 quirir as testemunhas como as
93 [ilegível] se segue; do que, faço es-
94 te termo. Eu Antonio de Deos
95 d'Oliveira Mello, Excriváo
96 que excrevi.
97 = 1ª. Testemunha.=
98 Lourenço Vidal Estevez, de
99 quarenta e seis annos de ida-
100 de, portugues, casado, artista, mo-
101 rador a Rua Doutor Paes de Car-
102 valho, aos Costumes disse nada;
103 testemunha jurada aos Santos
104 Evangelhos e prometteu diser a
105 verdade do que soubesse e lhe fos-
106 se perguntado. Sendo inquirido
107 sobre a petiçâo inicial, respon-
108 deo que conhece perfeitamente e
109 ha annos tanto o Justificante
110 presente Fortunato Benzaquen
111 como Dona Saturmina Braça e

[Fl. 4v]

112 sabe serem solteiros, ter elle
113 de idade trinta e sete annos e
114 ella vinte e quatro annos e
115 náo haver impedimento para
116 se casar elle com ella. Que é ver
117 dade terem de faser uma viagem
118 sem perda de tempo a bem da saude
119 da mesma Senhora e que só esperam

realisar o casamento para par
tirem juntos. E nada mais dis
se nem lhe foi perguntado, e
lido este assignam com o Juis. Eu
Antonio de Deos d'Oliveira Mello
Excriváo que excrevi .
Freire Barata
Lourenço Vidal Estevez
Fortunato Benzaquen
2ª. Testemunha.=
Antonio Ferreira Figueira , de
trinta annos de idade, portu
gues, casado, commerciante, mo-
rador ao Largo de Nasareth, aos
Costumes disse nada; testemu
nha jurada aos Santos Evange
lhos e prometteu diser a ver-
dade do que soubesse e lhe fosse
perguntado. Sendo inquirido
sobre a petiçâo inicial, respondeo
que por conhecer ha annos tanto

[Fl. 5]

tanto o Justificante presente como
Dona Saturmina Braça sabe que
esta tem vinte e quatro annos de
idade e aquelle tem trinta e sete
annos e que sáo solteiros e sem
impedimento para se casar; que
sabe terem elles de faser é brevemen
te uma viagem se effectuarem co-
mo desejam o seu casamento, pois
ella necessita mudar de clima
por causa de sua saude altera
da. E nada mais respondeo nem
lhe foi perguntado, e lido este, as
signam com o Juis. Eu Antonio
de Deos d'Oliveira Mello, Excri-
váo que excrevi
Freire Barata
Antonio Ferreira Figueira
Fortunato Benzaquen
3.ª Testemunha.=

Evaristo Blanco Y Diegues,
de ciesenta e quatro annos de
idade, Hespanhol, casado, artis-
ta, morador a Travessa Quatorse
de Março, aos Costumes disse na
da; testemunha jurada aos Santos
Evangelhos e prometteu diser a
verdade do que soubesse e lhe fosse

[Fl. 6]

fosse perguntado. Sendo inquirido so-
bre a petiçâo inicial, respondeo
que por conhecer o Justificante e Dona
Saturmina Braça, ha annos sa
be ter esta vinte e quatro annos
de idade e aquelle trinta e sete an
nos e serem solteiros. Que sabe que
estao preparados para se casar
e logo partirem desta
cidade por estar doente a mes
mas Senhora. E nada mais res
pondeo nem lhe foi perguntado.
E lido este, assignam com o Juis.
Eu Antonio de Deos d'Oliveira
Mello, Excriváo que excrevi
Freire Barata
Evaristo Blanco Diegues
Fortunato Benzaquen
Teem estes autos de pagar sellos
de tres folhas e quatro mil e cem
reis de emolumentos do Juis de Atos
inquiriçôes e julgamento.
Pará 6 de Abril de 1899
Excriváo
Antonio de Deos d'Oliveira Mello
Conclusáo
Aos seis dias do mes de Abril de
mil oitocentos noventa e nove
faço estes autos conclusos [do ?]
meretissimo Juis Substituto do
[Fl. 6v]

do terceiro districto, Doutor Joaquim

201 Augusto da Rocha Freire Ba
202 rata. Eu Antonio de Deos d'Oli-
203 veira Mello, Escriváo que escrevi.
204 Procéde a justificaçáo de f**o**l**ha**s para
205 dispensa de proclamas a vista aos
206 depoimentos das testemunhas. Desi-
207 gne o escriváo dia e hora para
208 ter lugar o casamento requirido
209 Belem, 6 de Abril de 1899.
210 Joaquim A. da Rocha F. Barata.

À margem esquerda

s**elo** [900 ?]
[J. ?] 4100

4.2.1 – ASPECTOS GRÁFICOS

Nesse tópico, serão apontados os aspectos gráficos que puderam ser identificados pelo manuscrito, tais como: tipo de letra, grafia, relação maiúscula e minúscula, distribuição das palavras, pontuação, acentuação, sinais diacríticos e dimensão das letras. A seguir:

4.2.1.1 – Comentários paleográficos

A partir da análise realizada, pôde-se identificar as características posteriores: o manuscrito possui escrita humanística cursiva, também apresenta mais de um punho. No qual o primeiro punho, costuma escrever com as letras mais juntas, aplicando mais peso na mão e fazendo com que as palavras tenham um tom mais nítido da tinta.

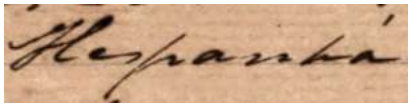
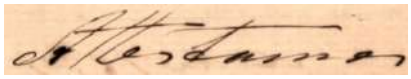
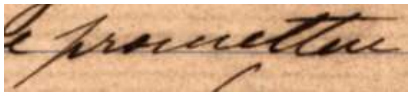
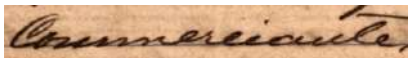
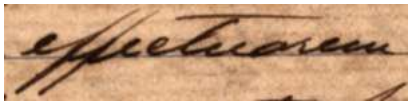
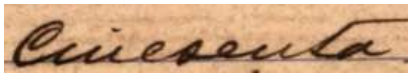
Enquanto o segundo o punho, reproduz um traçado em que as letras tem mais espaçamento, com descanso da mão e que se observa um traço mais suave. Já o terceiro punho, escreve ora suavemente e ora pesadamente, sem muito padrão no traçado, fazendo com que as letras possuam tamanhos diferentes. Em suma, os autores reproduzem traços levemente inclinados da esquerda para a direita.

4.2.1.2 – Grafia

Identificou-se no documento, palavras com uma grafia que difere da ortografia empregada atualmente, dando ênfase na duplicação de consoantes. Como pode ser visualizado no quadro 1.

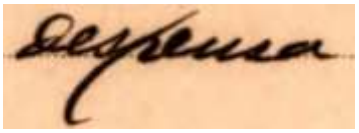
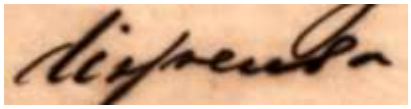
E também palavras escritas com dupla grafia, demonstrando ausência de um padrão ou confusão na escolha do grafema a se usar em relação às vogais (e) ou (i) e as consoantes (z) ou (s). Como ilustrado no quadro 2.

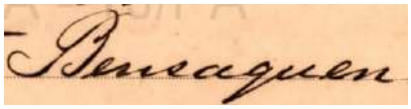
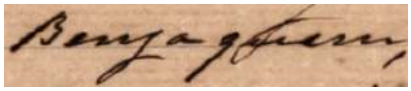
Quadro 1 – Palavras com grafia diferente da atual.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<Hespanha>	[Fl. 2]	(43)
	<Attestamos>	[Fl. 3]	(60)
	<prometteu>	[Fl. 4]	(104)
	<commerciante>	[Fl. 4v]	(132)
	<effectuarem>	[Fl. 5]	(148)
	<ciesenta>	[Fl. 5]	(162)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quadro 2 – Palavras com dupla grafia.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<despensa>	[Fl. 1]	(6)
	<dispensa>	[Fl. 6v]	(205)

	<edade>	[Fl. 2]	(40)
	<idade>	[Fl. 4v]	(113)
	<Bensaquen>	[Fl. 1]	(8)
	<Benzaquem>	[Fl. 2]	(36)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.3 – Relação maiúscula/minúscula

No corpo do texto, se observou a utilização de letras maiúsculas para início de parágrafos, nomes próprios, nomes de localidades, cargos, pronomes de tratamento e entre outros vocábulos para se referir. Contudo, as letras minúsculas são usadas no início de palavras e no meio de substantivos comuns.

Quadro 3 – Letras maiúsculas e minúsculas.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<Fortunato>	[Fl. 2]	(27)
	<solteiros>	[Fl. 3]	(64)
	<Juis Substituto>	[Fl. 6]	(198)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.4 – Distribuição das palavras

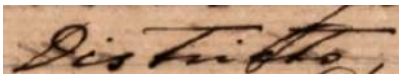
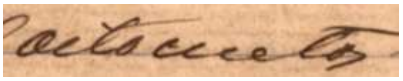
Quanto à distribuição das palavras, o manuscrito apresenta frases com a união indevida de termos e com desmembramento em sílabas de outras palavras. A seguir, exemplos nos quadros 4 e 5.

Quadro 4 – União de termos.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<sabe que>	[Fl. 6]	(175)
	<das testemunhas>	[Fl. 6v]	(206)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quadro 5 – Desmembramento de palavras.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<Districto>	[Fl. 2]	(22)
	<oitocentos>	[Fl. 6]	(196)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.5 – Pontuação

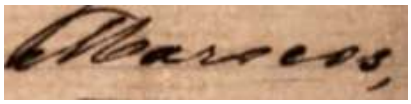
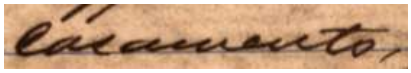
No que tange a pontuação, se detectou no documento a presença de dois pontos (:), vírgula (,), ponto e vírgula (;) e de ponto final ou seguida (.). Como se pode constatar nos quadros 6, 7, 8 e 9.

Quadro 6 – Uso de dois pontos.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<ittens:>	[Fl. 2]	(32)

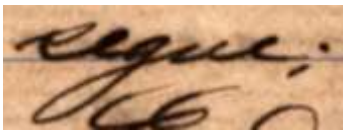
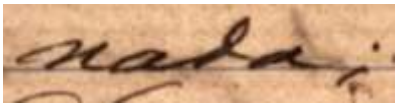
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quadro 7 – Uso de vírgula.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<Marocos,>	[Fl. 2]	(36)
	<casamento,>	[Fl. 5]	(149)

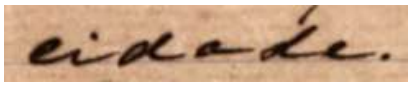
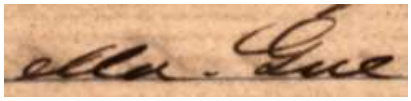
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quadro 8 – Uso de ponto e vírgula.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<segue;>	[Fl. 4]	(93)
	<nada;>	[Fl. 4v]	(134)
	<casar;>	[Fl. 5]	(146)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quadro 9 – Uso de ponto final ou seguida.

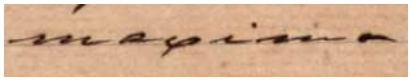
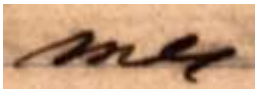
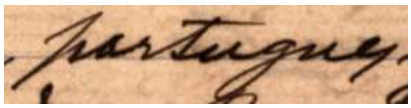
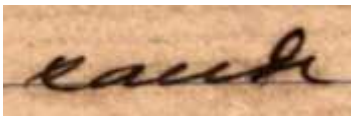
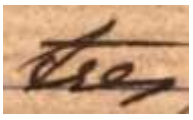
Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<cidade.>	[Fl. 2]	(44)
	<ella. Que>	[Fl. 4v]	(116)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.6 – Acentuação

Em relação a acentuação, se encontrou palavras que não foram acentuadas, de acordo com a grafia atual. Como exemplificado no quadro 10.

Quadro 10 – Palavras não acentuadas segundo a grafia atual.

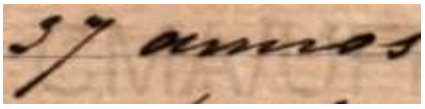
Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<maxima>	[Fl. 2]	(48)
	<mes>	[Fl. 4]	(82)
	<portugues>	[Fl. 4]	(100)
	<saude>	[Fl. 5]	(151)
	<tres>	[Fl. 6]	(188)
	<Belem>	[Fl. 6v]	(209)
	<á>	[Fl. 2]	(30)
	<Procéde>	[Fl. 6v]	(204)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.7 – Numeração arábica

O manuscrito apresenta numeração arábica para designar datas (dia/ano), indicar ordem (número ordinal) e informar quantidade (idade/valor). Como pode ser observado no quadro 11.

Quadro 11 – Uso de numeração arábica.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<1899>	[Fl. 2v]	(56)
	<Terceiro>	[Fl. 1]	(1)
	<37 annos>	[Fl. 2]	(34)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.8 – Sinais diacríticos

Outrossim, se verificou o uso dos sinais diacríticos no documento, esses sinais correspondem aos sinais gráficos que somados aos grafemas, isto é, às letras, atribuem uma modificação na pronúncia, dando um novo valor fonético à palavra.

4.2.1.8.1 – Apóstrofo.

Usou-se no texto, o sinal apóstrofo (‘) para indicar a contração da preposição (de).

Quadro 12 – Uso do apóstrofo.

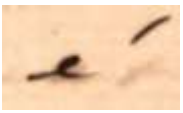
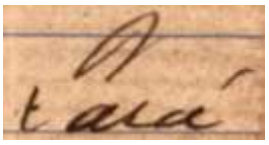
Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<d’Oliveira>	[Fl. 5]	(155)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.8.2 – Acento agudo

Além disso, se observou que em algumas palavras foi aplicado o acento agudo (´) para destacar a sílaba mais forte, no casos das vogais (a), (e) e (o). Assim, apontando que a pronúncia deve ser mais aberta.

Quadro 13 – Uso do acento agudo.

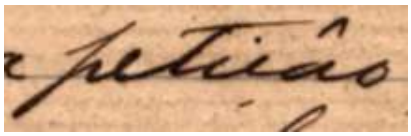
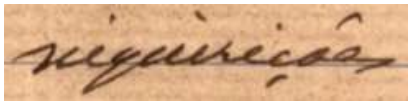
Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<é>	[Fl. 3]	(70)
	<Pará>	[Fl. 6]	(191)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.8.3 – Acento circunflexo

Enquanto que o acento circunflexo (^), foi usado no texto em acompanhamento das vogais (a) e (o), em palavras que costumam ter a nasalidade da vogal representada pelo sinal gráfico do til (~).

Quadro 14 – Uso do acento circunflexo.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<petiçâo>	[Fl. 4]	(107)
	<inquiriçôes>	[Fl. 6]	(190)

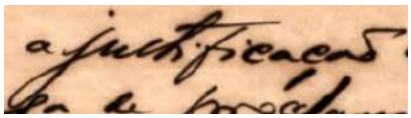
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.8.4 – Cedilha

Também houve a ocorrência da cedilha no manuscrito. Esse diacrítico que vem sotoposta a letra (C), assim formando o cê-cedilha (ç), é empregue sempre anterior as vogais (a), (o) e (u). Além de possuir o som de (ss).

Quadro 15 – Uso da cedilha.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<faço>	[Fl. 4]	(93)

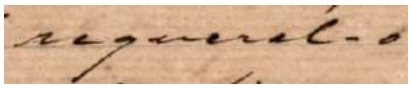
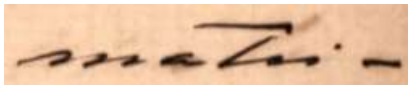
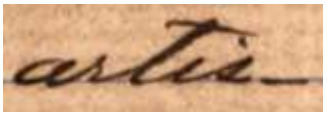
	<justificaçao>	[Fl. 6v]	(204)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.8.5 – Hífen simples

No decorrer do manuscrito, o hífen simples vem a ser usado como ligação de elementos e para quando ocorre a quebra de palavras, sendo indicativo de uma divisão silábica e de que há continuidade na linha seguinte.

Quadro 16 – Uso do hífen simples.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<requerel-o>	[Fl. 2]	(30)
	< ademittil-os>	[Fl. 2]	(31)
	<matri->	[Fl. 3]	(68)
	<artis->	[Fl. 5]	(163)

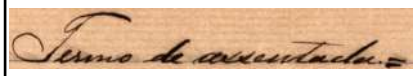
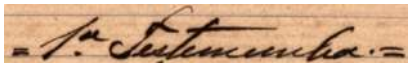
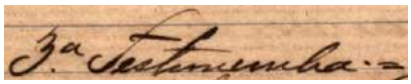
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.8.6 – Duplo hífen

Ademais, o sinal (=) no âmbito do manuscrito, foi empregado dar destaque a frase anterior e também o parágrafo seguinte, em um sentido semelhante a quando se utiliza o sinal de dois pontos (:), que é utilizado por exemplo, antes de se introduzir alguma explicação.

Quadro 17 – Uso de duplo hífen.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha

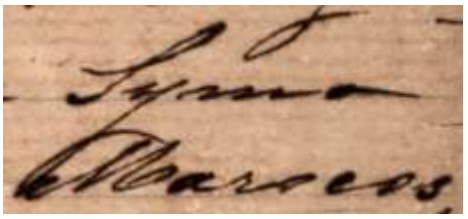
	<Termo de assentada.=>	[Fl. 4]	(81)
	<=1ª. Testemunha.=>	[Fl. 4]	(97)
	<2ª. Testemunha.=>	[Fl. 4v]	(129)
	<3.ª Testemunha. =>	[Fl. 5]	(160)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.1.9 – Dimensão das letras

O documento apresenta palavras com letras que têm hastes inferiores, que podem dificultar a leitura da mesma. Tendo em vista, que o traçado dessas letras abrangem a linha inferior e sobrepõem as letras que estão na linha abaixo. Conforme buscou-se ilustrar nas figuras 1 e 2.

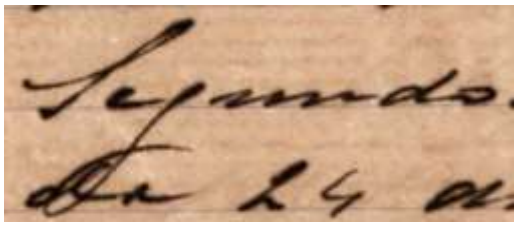
Figura 1 – Palavra Syma



Linha (35-36)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 2 – Palavra Segundo.



Linha (39-40)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.2 – ABREVIATURAS

Segundo Costa (2006, p. 2) “Abreviatura, do grego braqui (curto) e graphein (escrever), é uma forma reduzida de se escrever uma palavra. O que se abrevia são sílabas, palavras ou frases de um conjunto escrito, das quais se reduz alguma ou algumas de suas letras”. Logo, as abreviações foram uma maneira de representar uma palavra de forma econômica.

Os usos de abreviaturas, podem ser descritos sendo por: siglas, suspensão ou apócope, contração ou síncope, letras sobrescritas, sinais especiais e notas tironianas ou taquigrafia (Berwanger; Leal, 2015). Como também, serem classificadas em abreviações numéricas (Costa, 2006).

4.2.2.1 – Abreviatura por Sigla

Nessa forma de abreviatura, “As siglas são letras maiúsculas do alfabeto que sozinhas representam palavras completas e das quais são a inicial” (Flexor, 2008, p. 13). Podendo ser divididas em três tipos: siglas simples, siglas reduplicadas e siglas compostas. Definida como “o processo mais antigo de abreviação por suspensão ou apócope, e seu uso se manteve durante toda a Idade Média”. (Spina, 1994, p. 50).

4.2.2.1.1 – Siglas Simples

As siglas simples, são aquelas definidas por Flexor (2008, p. 13), “quando indicadas apenas por uma letra” e seguidas de um ponto (.) para indicar a abreviação.

Quadro 18 – Abreviaturas por sigla simples.

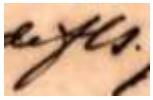
Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<selo>	[Fl. 6v]	(à margem esquerda)
	<Dona>	[Fl. 3]	(63)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.2.2 – Abreviaturas por Contração ou Síncope

Conforme Flexor (2008, p. 14), seriam as abreviações em que “faltam letras do meio do vocábulo”, ou seja, quando acontece a supressão desses elementos intermediários.

Quadro 19 – Abreviaturas por contração ou síncope.

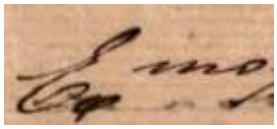
Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<folhas>	[Fl. 6]	(204)
	<Senhor>	[Fl. 3]	(62)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.2.3 – Abreviaturas por Letras Sobrescritas

De acordo com Flexor (2008, p. 14), essas abreviaturas acontecem se colocarem, “a letra inicial ou prefixo da palavra, e, em suspensão, a última ou as últimas letras da palavra”. Sendo assim, elas ocorrem apenas quando houver essa sobreposição das últimas letras e preservação das iniciais.

Quadro 20 – Letras sobrescritas.

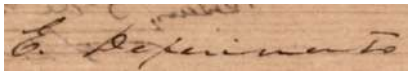
Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<Excelentíssimo>	[Fl. 2]	(21)
	<Doutor>	[Fl. 2]	(21)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.2.4 – Abreviaturas Mistas

Segundo Costa (2006, p. 6), essas abreviações se apresentam como sendo mistas, “quando em uma mesma palavra se encontram abreviaturas por suspensão (apócope) e por contração (síncope), ou quando, numa sequência de palavras, nenhuma delas apresenta-se isoladamente abreviada”.

Quadro 21 – Abreviaturas mistas.

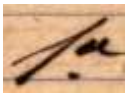
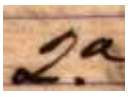
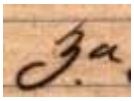
Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<Vossa Excelência>	[Fl. 2]	(30)
	<Espera Deferimento>	[Fl. 2v]	(55)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.2.5 – Abreviaturas Numéricas

Para Costa (2006, p. 8), "constituem as abreviaturas de numerações, designativas de ordem, divisão e meses do ano. Usa-se a sobreposição das vogais o (os) ou a (as) minúsculas aos numerais ou à terminação –br". De modo a, indicar ao que se refere a representação por algarismo arábico.

Quadro 22 – Abreviaturas numéricas.

Manuscrito	Transcrição	Folha	Linha
	<Primeira>	[Fl. 4]	(97)
	<Segunda>	[Fl. 4v]	(129)
	<Terceira>	[Fl. 5]	(160)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.3 – ESTAMPILHAS

As estampilhas compreendiam selos, que eram usados como forma de comprovação de pagamento de tributos. "Durante a maior parte do século passado, as estampilhas eram previamente adquiridas para pagamento do tributo, em valores equivalentes àqueles impressos em cada selo" (Oliveira, 2009).

Quadro 23 – Estampilhas.

Estampilha	Transcrição	Folha
	[THESOURO DO ESTADO, estampilha, 200 reis]	[Fl. 2v]
	[THESOURO DO ESTADO DO PARÁ, estampilha, 100 reis]	[Fl. 2v]
	[THESOURO DO ESTADO DO PARÁ, estampilha, 300 reis]	[Fl. 3]
	[THESOURO DO ESTADO, estampilha, 2000 reis]	[Fl. 6]
	[THESOURO DO ESTADO, estampilha, 2000 reis]	[Fl. 6]
	[THESOURO DO ESTADO, estampilha, 1000 reis]	[Fl. 6]

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.2.4 – ASPECTOS MATERIAIS

O suporte de escrita do manuscrito analisado, é o papel. Sendo utilizado como instrumento de escrita, a pena metálica. E a tinta usada, tratar-se da ferrogálica. Quanto à integridade do material, este demonstra estar visualmente em um bom estado de conservação, já que apenas nas bordas de algumas folhas do manuscrito há sinais aparentes de deterioração, o que possibilita a identificação de seus aspectos e por conseguinte, em sua compreensão.

4.2.5 – ASPECTOS COMPLEMENTARES

O documento em questão é datado em 5 de abril de 1899. Sendo proveniente do município de Belém, capital do estado do Pará. A relação desse documento com os autores é hológrafa (escrita de próprio punho), autógrafa (assinada pelo autor) e também não autógrafa (assinada por terceiros), visto que, o manuscrito tem assinaturas tanto dos autores como das testemunhas. O folio é uma edição fac-símile. E o documento pode ser encontrado digitalizado no site do CMA, na caixa 1 da seção “Memórias de Além-Mar”, referente aos arquivos de casamentos privativos - Volume I - 1891-1912.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, abordou-se a evolução dos modos de comunicação da sociedade até o surgimento da escrita, que impactou profundamente na conduta humana de comunicar-se entre si. Assim, enfatizou-se a Paleografia como ferramenta que possibilita compreender além da escrita dos documentos, mas também o espaço seja ele físico ou social e o tempo dessa narrativa.

Dessa maneira, a finalidade a qual esta pesquisa se propôs foi contemplada por meio da transcrição e análise paleográfica de um manuscrito de auto cível de casamento, custodiado pelo Centro de Memória da Amazônia, instituição que contribui com a compreensão da história das relações sociais e culturais do Estado do Pará, como também da região amazônica de modo geral.

Em consequência da pesquisa, pôde-se identificar o tipo de letra da época, os automatismos na escrita dos autores, a grafia utilizada que difere da atual, a pontuação, acentuação, os sinais diacríticos, uso e desenvolvimento de abreviaturas e o reconhecimento de estampilhas. Como também, a tinta usada, o suporte e o instrumento de escrita utilizados. Ademais, a relação dos autores com o manuscrito, a data e a origem.

Além disso, o acesso à informação contida no documento, proporcionado pela Paleografia, permite a visualização do conteúdo presente no manuscrito, atuando como fonte histórica podendo servir para estudo do contexto social, político e econômico da época. Assim possibilitando compreender a relação existente entre Arquivologia e Paleografia, já que a plena leitura documental promovida pela análise paleográfica, fomenta o exercício das práticas arquivísticas de classificação e descrição do documento.

Por conseguinte, se pôde perceber a importância do profissional arquivista ter a habilidade na técnica da Paleografia, visto que, ela é indispensável para realizar a leitura e a transcrição de documentos que sejam manuscritos, que a depender da época que tenha sido produzidos, podem se mostrar difíceis de serem compreendidos por conta das transformações gráficas e afins que ocorreram com o passar dos anos.

Por fim, espera-se poder contribuir com a produção científica na temática da Paleografia, que tem muito a agregar no que concerne a região amazônica que tem diversos acervos com documentações históricas, em que a Paleografia pode auxiliar no que tange a tornar acessível essa massa documental tanto para pesquisadores acadêmicos como para a população em geral.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: Massangana, 1994.

ANDRADE, Ely Anne Monteiro. **Análise Paleográfica de Manuscritos do Acervo do Instituto de Terras do Pará**. 2019. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ANDRADE, Leila Minatti. A escrita, uma evolução para a humanidade. **Linguagem em (Dis)Curso**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-4, 2000.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Riqueza e miséria do ciclo da borracha na Amazônia brasileira: um olhar geográfico por intermédio de euclides da cunha. In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira de (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Cap. 9. p. 187-207.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). **Da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada). V. 3.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações técnicas, n° 51.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 63-72.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 5. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BUENO, Alexandre Marcelo. **Intolerância lingüística e imigração**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Lingüística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu**. São Paulo: Editora Scipione, 1999.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANCELA, Cristina Donza. Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MATOS, Izilda (org.). **Nas duas margens**: os portugueses no brasil. Porto: Afrontamento, 2009. p. 1-575.

CANCELA, Cristina Donza; GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. Imigração e presença portuguesa em Belém no século XIX: entre deslocamentos e pertencimentos (Pará-Brasil). **História e Perspectivas**, [S.L.], v. 31, n. 59, p. 22-35, 2018.

CANCELA, Cristina Donza. O fluxo imigratório do distrito do Porto para o estado do Pará: borracha, conflitos, epidemias e gênero (1834-1930). **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 36, p. 1-22, 2019.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930: protagonistas ou coadjuvantes. **História Hoje**, [S.L.], v. 2, n. 6, p. 1-16, 2005.

CARVALHO, Marcos Antônio de. **Bebendo açaí, comendo bacalhau**: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século xix e início do século xx. 2011. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Universidade do Porto, Porto, 2011.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos. Paleografia versus Alfabetização. Reflexões sobre História Social da Cultura Escrita. **Laborhistórico**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 164-187, 2016.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí, 2010.

CÓCCO, Maria Fernandes; HAILLER, Marco Antonio. **Didática de alfabetização**: decifrar o mundo. São Paulo: FTD, 1996.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. **Escritos**, ano 5, n. 5, p. 141-168, 2011.

COSTA, Antonia Eriane Silva. Alguns aspectos na Belém de belle époque. Látex e belle époque: um casamento perfeito. In: PORTELA, Keyla Christina Almeida; SCHUMACHER, Alexandre José (org.). **Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. Cap. 7. p. 67-70.

COSTA, Renata Ferreira. Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita? **Histórica**, [S.L.], n. 15, p. 1-10, 2006.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Descobrindo o Brasil).

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 17., 2010, Caxambú. **Anais [...] .** Caxambú: ABEP, 2010. p. 1-14.

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: NAEA/UFPA, 2013.

FERREIRA, Maria Henriques; HAGE, Fernando. A loja Paris N'América na Época da Belle Époque. In: IX Colóquio Nacional de Moda, 9., 2013, Fortaleza. **Anais [...] .** Fortaleza: ABEPEM, 2013. p. 1-14.

FERREIRA, Teresa Duarte; SANTANA, Ana Cristina. **O tratamento documental de manuscritos ao serviço da investigação**: a experiência da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2009, p. 5.

FISCHER, Steven Roger. **História da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos xvi ao xix. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Publicações Técnicas, n° 53.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Imigração e Mercado de trabalho na Amazônia no fim do século XIX: o caso dos portugueses em Belém. In: ARAGÓN, Luis Eduardo (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônica**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 281-319.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **Preferem-se Português(as)**: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). Belém: Editaedi, 2016.

GELB, Ignace Jay. **Historia de la escritura**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

GIRON, Loraine Slomp. Leituras da imigração. In: Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana, 10. 996, Caxias do Sul. **Anais**... Caxias do Sul: EDUSCS, 1999. p. 116-131.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LEITE, Joaquim da Costa. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. **Análise Social**, [S.L.], v. 26, n. 112/113, p. 741-752, 1991.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Elane Epifane; MARTINS, Eliane Epifane. Centro de Memória da Amazônia no processo de preservação da memória social: a iniciativa que salvou parte da história do Estado do Pará, sob o risco de deterioração. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013.

NUNES, Rosana Barbosa. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. **ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores**, [S.L.], v. 7, p. 173-196, 2003.

OLIVEIRA, Samuel Menezes. Selo de controle de IPI e sua relação com as novas regras da Lei nº 11.941/2009. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2232, 11 ago. 2009. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/13309. Acesso em: 28 nov. 2023.

OLSON, David Richard. **O mundo no papel**: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. [S.L.]: Ática, 1997.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROMÁN BLANCO, Ricardo. **Noções preliminares**. In: ROMÁN BLANCO, Ricardo.

Estudos Paleográficos. São Paulo: Laserprint, 1987, p. 13-19.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010.

SAMPSON, Geoffrey. **Sistemas de escrita**: tipologia, história e psicologia. São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Luiz Cezar Silva dos. **publiCIDADE belle époque**: a mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912. 2010. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. **Imigração espanhola na Amazônia**: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920). 2012. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira; GARVÃO, Rodrigo Fraga. A imigração subsidiada: os contratos para introdução de espanhóis no Pará. **Crítica Histórica**, [S.L.], v. 6, n. 11, p. 10-29, 2015.

SOUSA, Fernando de; FERRARIA, Maria José. A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da agência Abreu (1840). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MATOS, Izilda (org.). **Nas duas margens**: os portugueses no brasil. Porto: Afrontamento, 2009. p. 1-575.

SOUZA, Ismara Izepe de. **Espanhóis**: história e engajamento. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: EDUSP, 1977.

ANEXO A – NORMAS TÉCNICAS PARA TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Durante o I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizado em São Paulo, nos dias 28 e 29 de novembro de 1990, foram preconizadas as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. Na ocasião, tais normas foram elaboradas por Antonio Houaiss (da Academia Brasileira de Letras), Heloisa Liberalli Bellotto (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo), Jaime Antunes da Silva (do Arquivo Nacional), João Eurípedes Franklin Leal (da Universidade do Rio de Janeiro), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Roseli Santaella Stella (da Faculdade Cruzeiro do Sul de São Paulo) e Yêdda Dias Lima (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

O objetivo dessas normas era fixar diretrizes, critérios e convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas.

Em 16 e 17 de setembro de 1993, durante o II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, também em São Paulo, deu-se a reformulação das normas anteriormente elaboradas. A Comissão de Sistematização e Redação esteve assim constituída: Ana Lúcia Louzada Werneck (da Fundação Biblioteca Nacional), Ana Regina Berwanger (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Carlos de Almeida Prado Bacellar (da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo), Gracilda Alves (do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro), José Marques (da Universidade do Porto, Portugal), João Eurípides Franklin Leal (da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO), Marcelo Meira Amaral Bocaciovas (da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Vítor Manoel M. da Fonseca (do Arquivo Nacional), Wanderley dos Santos (do Arquivo Histórico Municipal de Franca, São Paulo) e Yedda Dias Lima (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

Transcrevem-se, a seguir, as normas aprovadas, que passaram a vigorar a partir de 1993.

1. GRAFIA

Quanto à grafia seguir-se-ão os seguintes critérios:

1.1 Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se as uniões dos

pronomes proclíticos (madê, selhedê), mesoclíticos e enclíticos às formas verbais de que dependem (meteremselhe, procurase).

1.2 As letras serão grafadas na forma usual, independente de seu valor fonético.

1.3 O s caudado duplo será transcrito como ss e o simples como s.

1.4 O R e S maiúsculos, com som de rr e ss serão transcritos R e S maiúsculos, respectivamente.

1.5 As letras ramistas b, v, u, i, j serão mantidas como no manuscrito.

1.6 Os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época.

1.7 Aos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometam a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [sic] entre colchetes e grifada.

1.8 As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.

1.9 As abreviaturas ainda usuais na atualidade, ou de fácil reconhecimento, poderão ser mantidas.

1.10 Os sinais especiais de origem latina e os símbolos e palavras monogramáticas serão desdobrados, por exemplo, &rª = etc.; IHR = Christus.

1.11 Os sinais de restos de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, grifados.

1.12 O sinal de nasalização ou til, quando com valor de m ou n, será mantido.

1.13 Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?]

1.14 A acentuação será conforme o original.

1.15 A pontuação original será mantida.

1.16 As maiúsculas e minúsculas serão mantidas.

1.17 A ortografia será mantida na íntegra, não se efetuando nenhuma correção gramatical.

2. **CONVENÇÕES**

Para indicar acidentes no manuscrito original, como escrita ilegível ou danificada, serão utilizadas as seguintes convenções:

2.1 As palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

2.2 As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [ilegível].

2.3 As linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroído entre colchetes e grifada e com a menção aproximada de seu número: [corroídas ± 6 linhas].

2.4 Os elementos textuais interlineares ou marginais autógrafos que completam o escrito serão inseridos no texto entre os sinais <...>.

2.5 Quando não forem autógrafos, serão indicados em nota de rodapé.

2.6 As notas marginais, não inseríveis no texto, serão mantidas em seu lugar ou em seqüência ao texto principal com a indicação: à margem direita ou à margem esquerda.

2.7 As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

3. **ASSINATURAS E SINAIS PÚBLICOS**

3.1 As assinaturas em raso ou rubricas serão transcritas em grifo.

3.2 Os sinais públicos serão indicados entre colchetes e em grifo: [sinal público].

4. **DOCUMENTOS MISTOS**

4.1 Os caracteres impressos que aparecem em documentos mistos recentes serão transcritos em tipos diferentes. Incluem-se aqui os formulários, timbres, fichas-padrão, carimbos, siglas etc.

5. **SELOS, ESTAMPILHAS ETC.**

5.1 Os selos, sinetes, lacres, chancelas, estampilhas, papéis selados e desenhos serão indicados de acordo com a sua natureza entre colchetes e grifado: [estampilha].

5.2 Os dizeres impressos e o valor das estampilhas serão transcritos dentro de colchetes e em grifo: [estampilhas].

6. **REFERÊNCIAS**

6.1 Recomenda-se o uso de um sumário, antecedendo cada texto, composto de datação e resumo de conteúdo.

6.2 Será sempre indicada a notação ou cota do documento para fins de localização no acervo da instituição.

6.3 Sempre se indicará se o documento é original, apógrafo, 2ª via etc.

7. **APRESENTAÇÃO GRÁFICA**

7.1 A transcrição dos documentos poderá ser linha por linha ou de forma corrida.

7.2 Será respeitada a divisão paragráfica do original.

7.3 As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicando sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso: [fl. 3], [fl. 3v].

7.4 Se o original não for numerado caberá ao transcritor numerá-las. Os números acrescentados serão impressos entre colchetes e em grifo: [fl. 4], [fl. 4v].

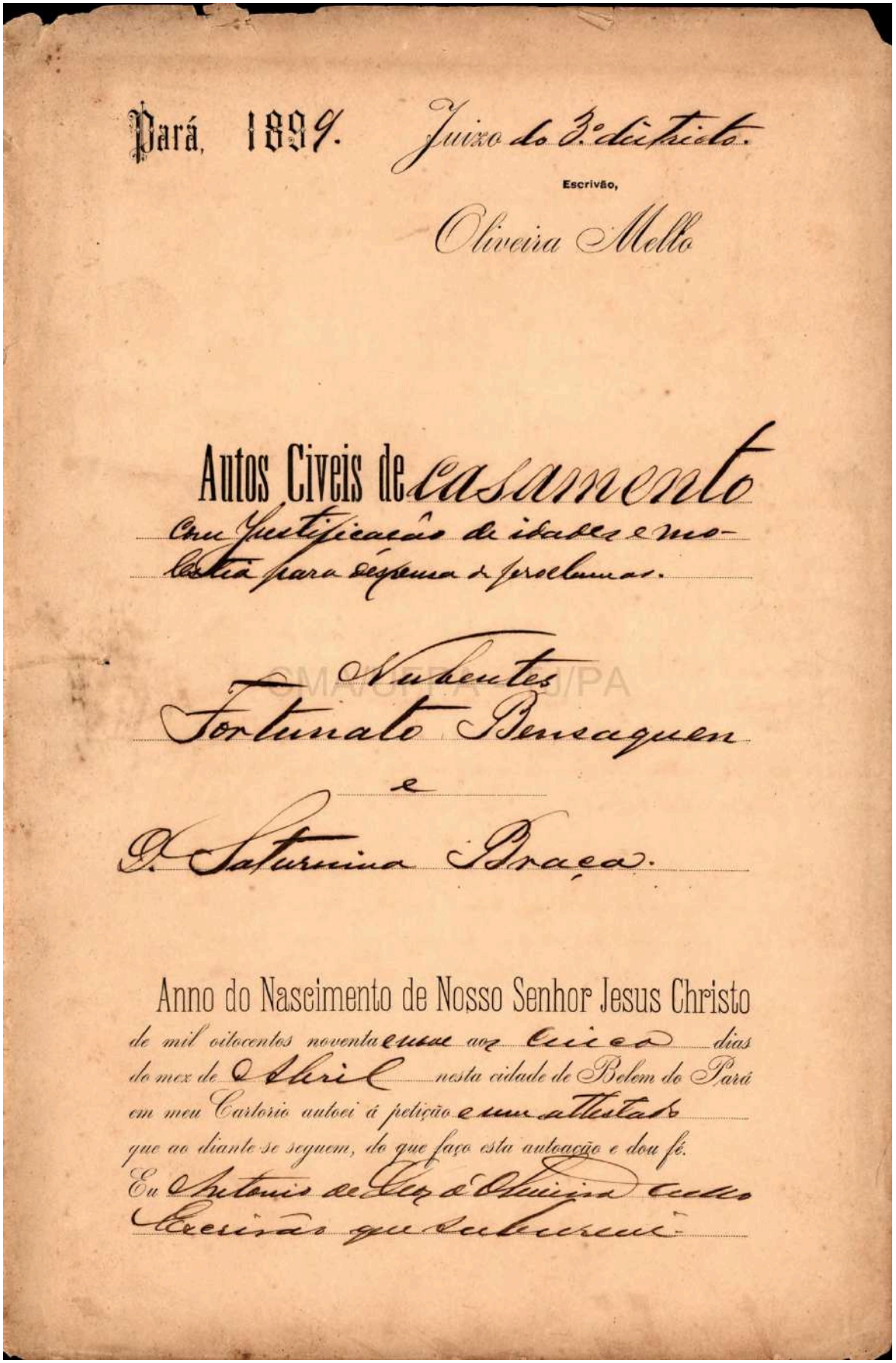
7.5 As folhas em branco serão indicadas entre colchetes e em grifo: [fl. 13, em branco].

8. **OBSERVAÇÕES**

8.1 Toda edição deverá ser precedida de um texto preliminar em que se indicará o objetivo da publicação, remetendo-a, quanto aos critérios e convenções, para Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos.

8.2 É recomendável a utilização de índice remissivo.

ANEXO B – MANUSCRITO



Pará, 1899. Juizo do 3º districto.

Escrivão,

Oliveira Mello

Autos Civeis de casamento

Com justificação de idade e molestia para dispensa de proclamas.

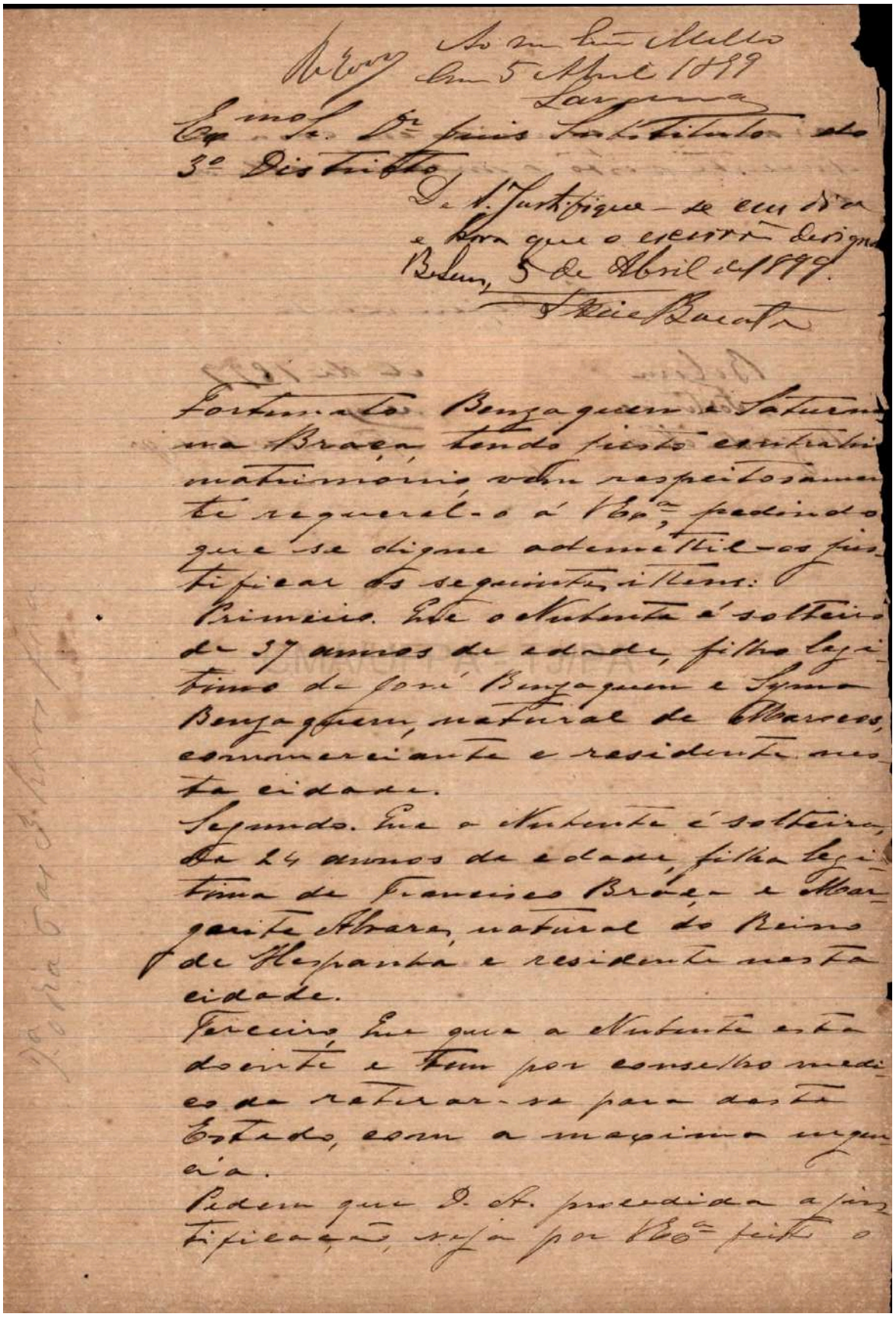
Suplicantes

Fortunato Bensaquen

e

D. Saturnina Praça.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e nove aos quinze dias do mez de Abril nesta cidade de Belem do Pará em meu Cartorio autuei á petição e mais attestados que ao diante se seguem, do que faço esta autuação e dou fé. Eu Antonio de Sá e Oliveira escrivão que subscrevi.

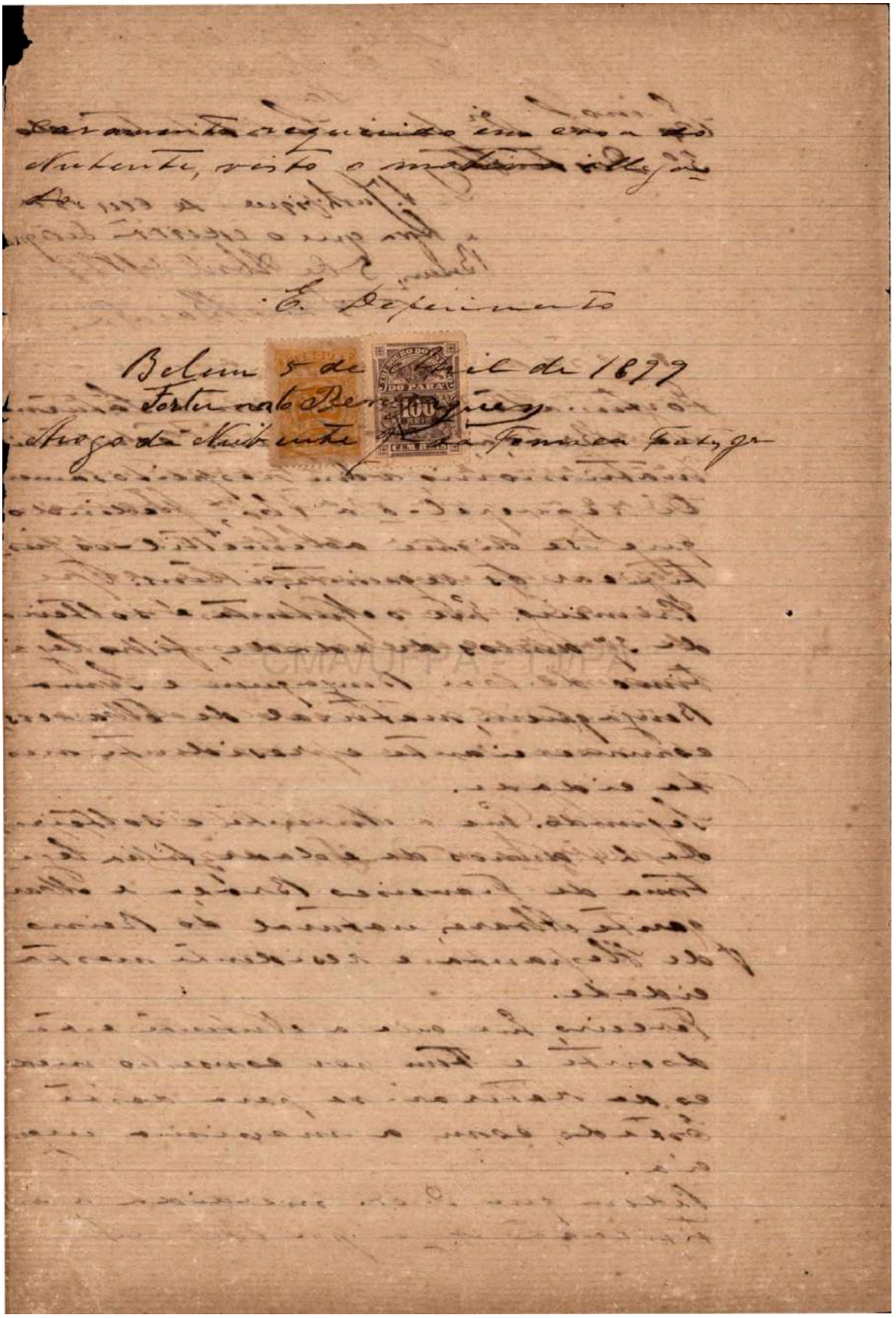


Ao m Sr Mello
Em 5 Abril 1899
Langerma

Exmo Sr. Dr. Juiz Substituto do
3º Districto

O Sr. Justifique - se em 48 horas que o escrivão designa
Belem, 5 de Abril de 1899.
Mello Barata

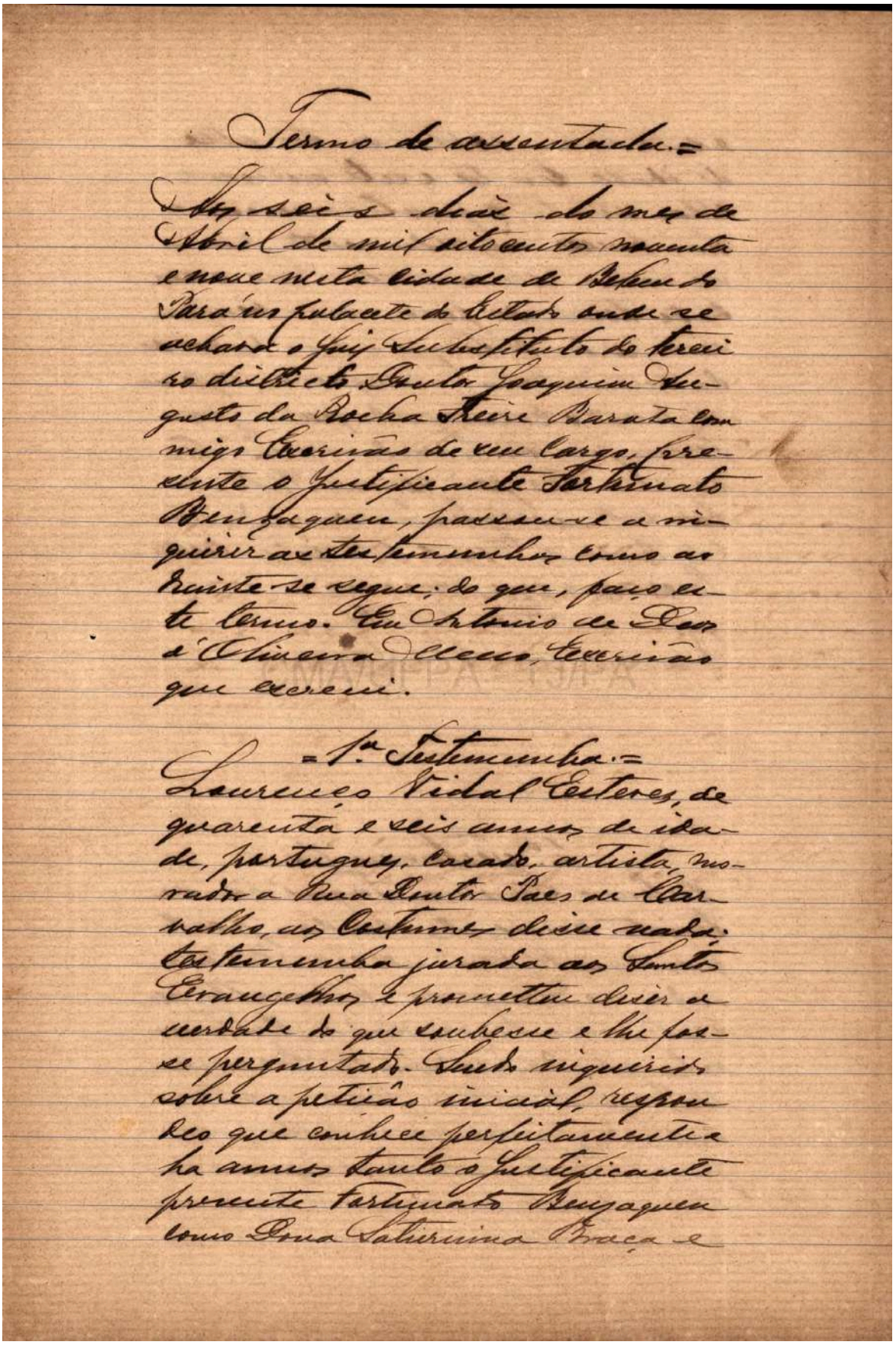
Fortunato Benjaguem e Saturnina Braga, tendo posto entre si matrimonio vem respeitosamente requerer-lo á V. Exª, pedindo que se digne ademittir-os justificar os seguintes itens:
Primeiro. Que o Suplente é solteiro de 37 annos de edade, filho legitimo de José Benjaguem e Sylvia Benjaguem, natural de Abaeté, commerciante e residente nesta cidade.
Segundo. Que a Suplente é solteira, de 24 annos de edade, filha legitima de Francisco Braga e Margarida Abaeté, natural do Reino de Hespanha e residente nesta cidade.
Terceiro. Que que a Suplente esta doente e tem por conselho medico de retirar-se para deste Estado, com a maxima urgencia.
Pedem que D. S. proceda a justificação, seja por V. Exª feito o



Attestamos nos abaixo assignados que conhecemos o Sr. Fortunato Bentes-Guerra e D. Saturnina Braga, que são solteiros e que entre elles não existem impedimento de especie alguma que as habilita de se receberem em matrimonio.
O referido é verdade e juramos se preciso for.

Belem 4 de Abril de 1899
Luiz Ferr. da Silveira
João Fonseca Freitas Junior

Reconhecem as assignaturas supra. Belem 5 de Abril de 1899.
Em testo da verdade
Abel Antonio Bragança de Lacerda



Termo de assentada.=

Aos seis dias do mez de Abril de mil oitocentos noventa e nove nesta Cidade de Belem do Para aos pulsante do Edital onde se achava o Juiz Substituto do Terceiro districto Doutor Joaquim Augusto da Rocha Freire Barata commigo Escrivão de seu cargo, presente o Justificante Fortunato Bentaguen, passou-se a inquirir as testemunhas como as mesmas se segue; do que, para se ter Termo. Eu Antonio de Deus d'Oliveira Escrivão, Escrivão que escrevi.

=1ª Testemunha.=

Laurenço Vidal Esteves, de quarenta e seis annos de idade, portuguez, casado, artista, morador a Rua Doutor Paes de Carvalho, aos Costumes disse nada. Testemunha jurada aos Santos Evangelhos e prometteu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Sendo inquirido sobre a petição inicial, respondeo que conhece perfeitamente ha annos tanto o Justificante presente Fortunato Bentaguen como Dona Saturnina Braga e

e elle serem solteiros, ter elle
de idade trinta e sete annos e
ella vinte e quatro annos e
não haver impedimento para
se casar elle com ella. Que é ao
elle terem de fazer uma viagem
sem perda de tempo e bem da causa
da mesma Senhora e que se esperam
realisar o casamento para par-
tirem juntos. E nada mais disse
se nem lhe foi perguntado, e
lido este assignaram com o Juiz. Eu
Antonio de Sa e Oliveira Vellez
Escrivão que escrevi.

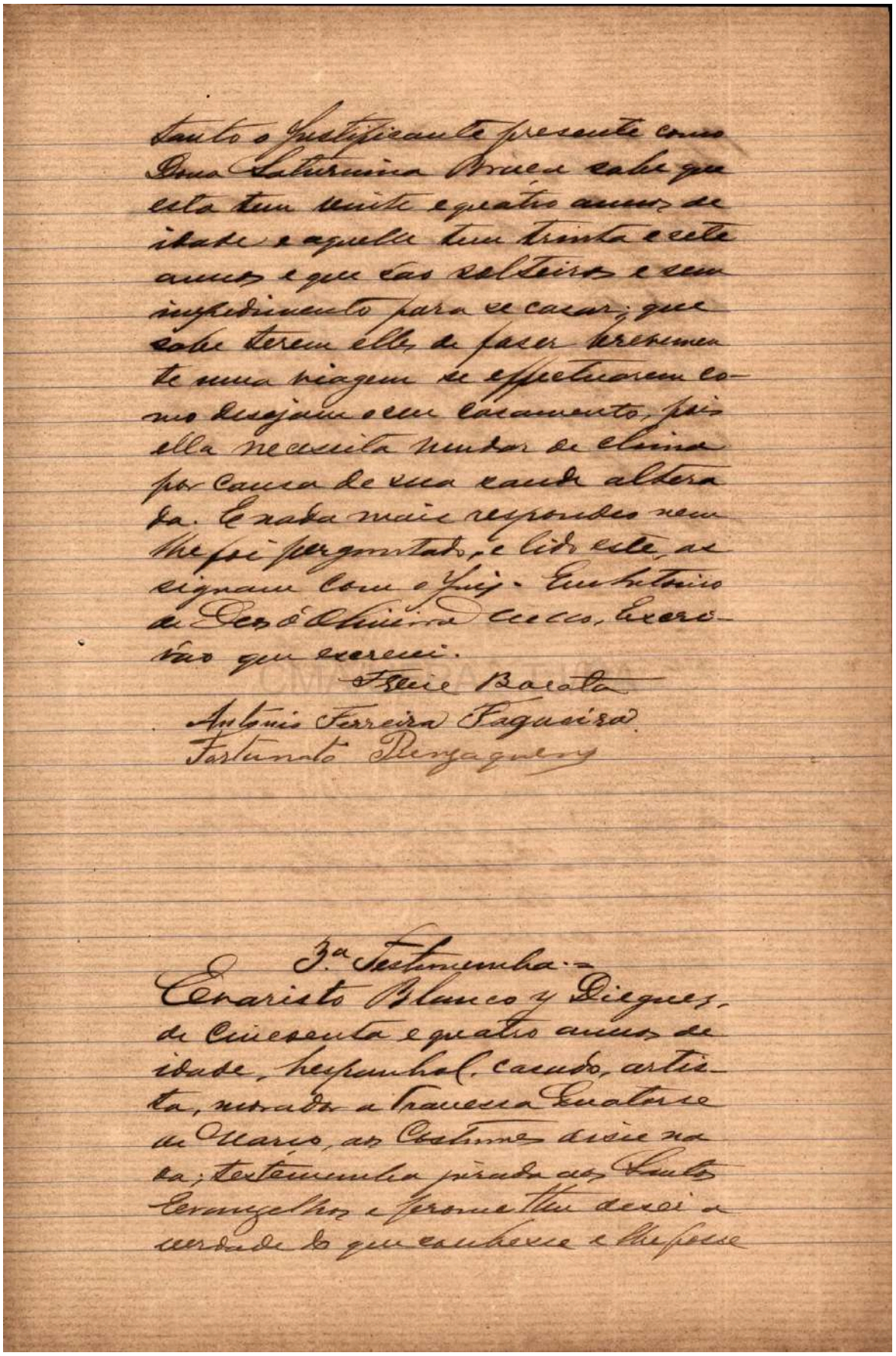
Felix Ramalho

Lourenço Vidal Cabral Velez

Fortunato Vasconcellos

2ª Testemunha =

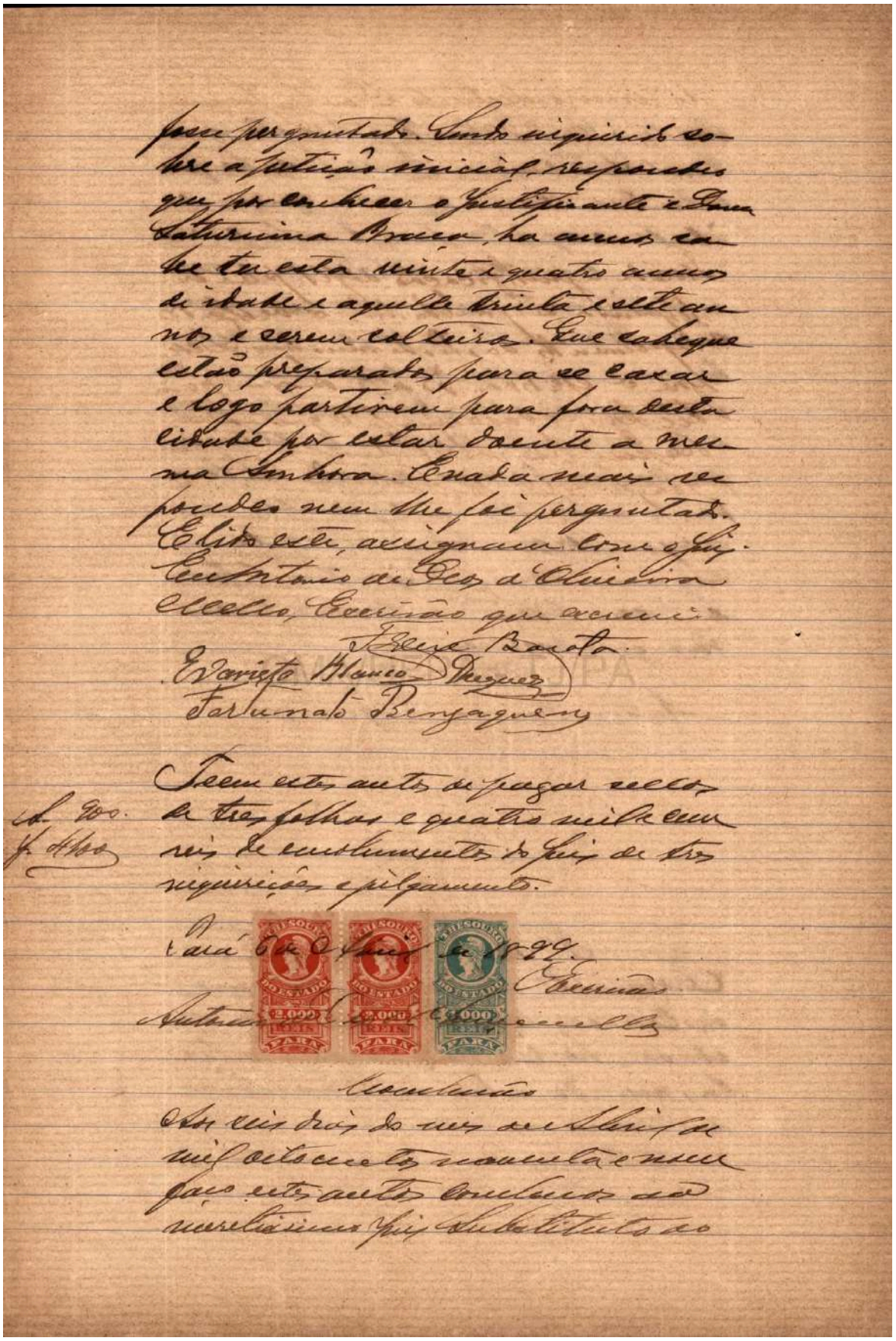
Antonio Ferreira Taqueira, de
trinta annos de idade, portu-
guez, casado, Commerciante, mo-
rador ao Largo de Nazareth, as
costumes disse nada; testemu-
nha jurada aos Santos Evange-
lhos e prometteu dizer a ver-
dade do que soubesse e lhe fosse
perguntado. Sendo inquirido
sobre a petição inicial respondeu
que por conhecer ha annos tanto



tanto o Justificante presente como Dona Saturnina Bruce sabe que esta tem vinte e quatro annos de idade e aquelle tem trinta e sete annos e que são solteiros e sem impedimento para se casar; que sabe terem elle de fazer brevemente uma viagem se effectuarem como desejam o seu casamento, pois ella necessita mudar de clima por causa de uma caude alteração. E nada mais respondeo nem lhe foi perguntado, e lido elle, se assignou com o Juiz. Eu Antonio de Deos d'Oliveira escrevi, subscrevi e assignei.

Felix Barata
Antonio Ferreira Fagundes
Fortunato Bergamery

3ª Testemunha.-
Evaristo Blanco y Dieguez, de Cincoenta e quatro annos de idade, hespanhol, casado, artista, morador a Travessa Ouvidor nº Nº 10, aos Costumes disse nada; testemunha jurada aos Santos Evangelhos e prometteu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse



Jose perguntado. Disse nigueiro so-
bre a petição inicial, respondeu
que por conhecer a justificante e Dona
Saturnina Bruce, ha annos ca-
be ter esta sinte e quatro annos
de idade e aquelle trinta e sete an-
nos e serem solteiros. Que sabe que
estão preparados para se casar
e logo partirem para fora desta
cidade por estar doente a mãe
na Cachoeira. E nada mais se
poderes nem lhe foi perguntado.
E dito este, assignaram com o Juiz
Escrivão de Orfãos e Ausentes
Escrivão que escrevi.

Felix Bento.
Evaristo Blanco Nogueira
Fortunato Benjaminy

Termo de juntar recebo
a. 900 a tres folhas e quatro mil reis
f. 4 Hoje em sinelamento do Juiz de tres
requisições e pilgamento.

Para 6 de [illegible] de 1892.

Escrivão

Autuação

Conclusão

Aos dez dias do mez de Abril de
mil oitocentos noventa e dous
faço este autos conclusos ao
meritissimo Juiz substituto do

do terceiro distrito Doutor Joaquim
Augusto da Rocha Freire Barata. Secretario ad hoc o Cidadão
Manoel Lucas, lavrei o que mandou.

Procede a justificação de fls. para
dispensa de proclamas a vista do
depoimento das testemunhas. Defi-
ro e escrivão dia e hora para
se lavrar o casamento requerido.
Belem, 6 de Abril de 1899.
Joaquim A. da Rocha F. Barata.

CMA/UFPA - TJ/PA